

2009

Relatório & Contas



Tradição e Modernidade ao Serviço de Cabo Verde

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL	5
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
PRINCIPAIS INDICADORES	13
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	15
1.1. Enquadramento das Actividades	16
1.1.1. Conjuntura Internacional	16
1.1.2. Conjuntura Nacional	18
1.2. Principais Aspectos institucionais	20
2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	23
3. ACTIVIDADE BANCÁRIA	26
3.1. Depósitos	27
3.2. Créditos	29
3.3. Crédito e Juros Vencidos	32
3.4. Aplicações Financeiras	33
4. OUTRAS ACTIVIDADES	35
4.1. Recursos Humanos	36
4.1.1. Actividades Relevantes	36
4.1.2. Caracterização dos Efectivos	36
4.1.3. Formação e Desenvolvimento	38
4.1.4. Mobilidade de Pessoal	39
4.1.5. Benefícios Sociais	39
4.2. Gestão de Riscos	40
4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos	40
4.4. Organização e Qualidade	41
4.5. Instalações	43
4.6. Marketing	43
4.7. Novos Canais de Distribuição	44
4.8. Relações com Emigrantes	46
4.9. Relações Internacionais	46
4.9.1. Relações com a Rede de Correspondentes e Parceiros	46
4.9.2. Relações com Outras Instituições Financeiras	47
4.10. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social	47
5. MICRO CRÉDITO	49
5.1. Linha de Micro-Crédito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas - PFEME	50
5.2. Linha de Crédito do Programa Especial de Segurança Alimentar	51

- PSSA	
5.3. Fundo de Crédito Millennium Challenge Account - MCA	51
6. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE	53
6.1. Resultado do Exercício	54
6.2. Rendibilidade e Eficiência	57
6.3. Rácios Prudenciais	58
6.4. Provisões e Imparidade	58
6.5. Créditos e Juros Vencidos	59
7. TRANSIÇÃO PARA AS NIC/NIRF	60
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	62
9. NOTAS FINAIS	64
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	66
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	117
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	119

ORGÃOS SOCIAIS

Orgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (<i>INPS</i>)
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas De Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (<i>INPS</i>)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos (<i>CCV</i>)
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Paulino Baptista Dias Jesus
Vogal	Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (<i>IMPAR</i>)

Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz (<i>CCV</i>)
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos (<i>INPS</i>)

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL

Direcção e Rede Comercial

Direcção Financeira e Internacional

Emanuel Évora Gomes

Director

Direcção de Informática e Comunicações

Jorge Henrique Lima

Director

Direcção Comercial Norte

Manuel Henrique Almeida

Director

Direcção Comercial Sul

Maria Júlia do Rosário Ferreira

Directora

Direcção Administrativa e Recursos Humanos

Ricardina Andrade

Directora

Direcção Operacional

Manuel Sanches Tavares
Júnior

Director

Direcção de Gestão de Risco

João Carlos Lopes

Director

Gabinete de Acompanhamento de Crédito

Emanuel Andrade Semedo

Coordenador

Gabinete de Assuntos Jurídicos

Maria de Lourdes Lobo de Pina

Coordenadora

Gabinete de Auditoria Interna

Antónia Maria Resende
Cardoso

Coordenadora

Gabinete de Marketing

Helder Manuel da Graça da
Luz

Coordenador

Gabinete de Organização, Estudos e Projectos

Célia Maria Barreto Santos

Coordenadora

Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

Vera Lima

Coordenadora

Ariana Ribeiro

Gabinete de Função Compliance*Coordenadora*

Aldevina Eliane Teixeira Vieira

Gabinete de Secretariado e Relações Públicas*Coordenadora***Agência de Assomada**

Arlindo Tavares de Melo

*Gerente***Agência da Praia - Achada de Santo António**

Denise Santos

*Gerente***Agência da Fazenda**

Tatiana Barbosa

*Gerente***Agência do Plateau**

Katia Antunes

*Gerente***Agência dos Espargos**

Júlia Maria T. Lopes dos Santos

*Gerente***Agência de Santa Maria (Sal)**

Carla Carvalhal

*Gerente***Agência do Aeroporto *Amilcar Cabral* (Sal)**

Júlia Maria T. Lopes dos Santos

*Gerente***Agência de Mindelo (Av. 5 de Julho)**

Águeda Cardoso da Graça

*Gerente***Agência de Monte Sossego**

Alcidia Ramos

*Gerente***Agência da Ribeira Grande (S. Antão)**

Manuela Maria Santos Delgado

*Gerente***Agência de Palmarejo**

Maria Manuela Garcia

*Gerente***Agência de S. Filipe (Fogo)**

Mário Lúcio Vaz

*Gerente***Agência da Calheta de S. Miguel**

Julião Manuel Rocha Semedo

Agência do Aeroporto da Praia	<i>Gerente</i> Katia Antunes
Agência do Sucupira (Praia)	<i>Gerente</i> Tatiana Barbosa
Agência de Achada S. Felipe (Praia)	<i>Gerente</i> Eurizandra Semedo
Agência do Tarrafal (Santiago)	<i>Sub-Gerente</i> Emiliano Costa
Agência de Fonte Cónego	<i>Gerente</i> Alcidia Ramos
Agência do Coculi	<i>Gerente</i> Manuela Maria Santos Delgado
Agência do Paúl	<i>Gerente</i> Manuela Maria Santos Delgado
Agência do Aeroporto da Boa Vista	<i>Gerente</i> Alcino Almeida
Agência de Sal-Rei	<i>Gerente</i> Alcino Almeida
Agência de Santa Cruz	<i>Gerente</i> José Jorge Silva
Caixa Empresas	<i>Gerente</i> Mario Fernandes
Agência dos Mosteiros	<i>Gerente</i> Mário Lúcio Vaz
Agência de Porto Novo	<i>Gerente</i> Manuela Maria Santos Delgado
Agência do Maio	<i>Gerente</i> Carlos Martins
Agência de R^a Brava	<i>Gerente</i> Alcino Almeida
Agência Tarrafal (S.Nicolau)	<i>Gerente</i> Alcino Almeida

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., não obstante os reflexos da crise financeira e económica mundial na economia Cabo-verdiana, conseguiu durante o exercício económico de 2009 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente satisfatórios que permitem perspectivar um crescimento robusto e equilibrado da sua actividade para o futuro.

Provam este desempenho o aumento da sua quota de mercado combinada (crédito mais depósito) em 1%, a qual passou de 29% em 2008 para 30% em 2009, o aumento dos Resultados Líquidos do exercício em 33% face a 2008, o crescimento em 74% dos Fundos Próprios e a melhoria substancial do seu Rácio de Solvabilidade de 10% para 14% comparativamente ao exercício do ano transacto.

No respeitante às actividades, embora a um ritmo inferior ao verificado em 2008, a Caixa viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 8%, para atingir os 32.854 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento de 14% verificado na Carteira de Crédito Bruto.

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da actividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2009-2012, o qual definiu três objectivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Accionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Atingir uma quota de mercado combinada de 33,3% em créditos e depósitos; 3) Estender a cobertura territorial a todas as ilhas do país.

Para a prossecução dos objectivos acabados de referir, elegeu-se quatro eixos prioritários de intervenção: Qualidade, Inovação, Proximidade e Liderança.

No âmbito da execução do referido Plano Estratégico, foi implementada uma nova Estrutura Orgânica, cuja concepção obedeceu ao princípio de separação das actividades em áreas de negócios, riscos e de suporte operacional, a qual, pensamos, melhor se adapta ao contexto actual.

Com vista a dotar a instituição de condições condignas e à altura das suas ambições estratégicas, para além da abertura de mais quatro novas agências, designadamente, no Maio, Ribeira Brava, Tarrafal de São Nicolau e Porto Novo, iniciámos as obras da construção da Sede Social, uma infraestrutura que vai contribuir não só para elevação da imagem da Caixa, mas, sobretudo, para gerar enormes ganhos de eficiência.

Com a implementação paulatina dos projectos previstos no Plano Estratégico, considerando os recentes sinais de retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico para Cabo Verde para o próximo ano, aliados à abnegação e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, estamos, pois, confiantes de que a Caixa, em 2010, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam.

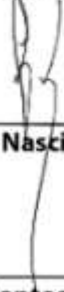

Estamos, pois, em crer que as medidas e acções materializadas em 2009 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infraestruturas físicas e tecnológicas e aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que, a partir de agora, a Caixa vai reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus accionistas, trabalhadores e sociedade, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Accionistas pela confiança depositada em nós, e por terem respondido prontamente e na plenitude ao apelo aquando do aumento do Capital Social, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração,

Presidente -	 Emanuel de Jesus da Veiga Miranda
Vice-Presidente-	 Diogo Campos Barradas De Lacerda Machado
Vogal-	 Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes
Vogal-	 Filinto Elísio dos Santos
Vogal-	 Luís Manuel Vélso de Almeida
	

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores**Unidades****2008****2009**

1. Dimensão			
- Activo Liquido	Mil contos	30.374,4	32.854,5
Variação	%	12,6	8,2
- Recursos Próprios (Capital+Reservas+Resultados)	Mil contos	2.010,0	3.222,5
- Crédito s/ Clientes (líquido)	Mil contos	22.213,2	24.770,1
- Débito p/ c/ Clientes	Mil contos	27.441,4	28.113,6
- Trabalhadores	Unidades	222	248
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	33	35
- Agências	Unidades	25	29

- Delegações nos Correios	Unidades	8	6
2. Rendibilidade			
- Resultados Líquidos do Exercício	Mil contos	231,5	307,7
- Cash Flow do Exercício	Mil contos	1.045,0	851,5
- ROA (Resultado Liq/Activo Liq Médio)	%	0,81	0,97
- ROE (Resultado Liq/Capitais Próprios Médios)	%	11,4	11,8
3. Prudenciais			
- Rácio Solvabilidade	%	10,1	14,1
- Rácio Cobertura Imobilizado	%	299,8	266,1
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	17,2	15,0
- Provisões Créd Vencido/Créd Vencido	%	35,2	42,8
4. Funcionamento			
- Custos Operativos/Prod Banc (cost to income)	%	50,7	59,3
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8.923,3	8.222,1

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2009.

1.1. Enquadramento das actividades

1.1.1 Conjuntura Internacional

A economia mundial tem enfrentado nos últimos tempos uma forte recessão, cuja origem remonta à crise imobiliária que eclodiu no Verão de 2007 nos EUA e se alastrou para os diversos sectores de actividade. Ainda que os EUA tenham sido inicialmente o país mais afectado pela intensificação das pressões do sector financeiro e pela erosão do sector imobiliário, vários países, com destaque para os da Europa e da Ásia, foram duramente atingidos através das restrições a nível do comércio global e dos próprios mercados financeiros nacionais.

Contudo, os sinais de retoma têm sido cada vez mais evidentes, com os principais indicadores económicos a manifestarem evolução positiva, reflectindo, sobretudo, o aumento significativo das trocas comerciais mundiais. Esta trajectória de crescimento da actividade económica mundial mantida a partir do quarto trimestre do ano passado caracterizou-se por desempenhos distintos entre as zonas económicas. Com efeito, enquanto nos EUA e na China os indicadores preliminares assinalam um reforço do ritmo de crescimento, no Japão e na Europa registou-se um ligeiro abrandamento. Não obstante a persistência de diversos factores de risco, acredita-se que se está a viver uma fase de transição no ciclo económico recessivo presente nos dois últimos anos, um contexto impar que impeliu as autoridades económicas e financeiras mundiais a procederem a uma avaliação ponderada da conjuntura, perspectivando-se a forte possibilidade

de revisão dos instrumentos e medidas de suporte à actividade económica e aos sistemas que foram implementados nos últimos tempos.

Não estando, porém, de todo descartado o risco de retorno de alguma turbulência nos mercados financeiros e ao clima de negócios, num momento em que despontam sinais de esgotamento das finanças públicas após os grandes esforços de estabilização da actividade económica e do emprego, sobretudo ao longo do ano de 2009, prevê-se que a actividade bancária continue a ser influenciada pelos efeitos desfasados da crise económica e financeira, designadamente, por via da deterioração da qualidade de crédito e dos fracos volumes de actividade, num contexto pouco incentivador de despesa de investimento e de captação de financiamento estável a médio e longos prazos.

Nos EUA, a economia cresceu 5,7%, no 4º trimestre (+2,2% no 3º trimestre), reflectindo sobretudo, o aumento significativo do investimento privado (de +5% do 3º trimestre) e da procura externa (+18,1%), apesar do abrandamento do consumo das famílias.

Na zona Euro, dados recentes apontam para uma recuperação gradual da actividade económica, apesar de um forte clima de incerteza.

Relativamente aos preços, mercê da contracção da actividade global, regista-se uma forte redução do consumo de matérias-primas, tendo em conta a queda generalizada na procura, o que vem provocando fortes pressões deflacionistas, uma tendência que, entretanto, vem sendo contrariada a partir de Dezembro do ano transacto pelo aumento do preço do petróleo que, naquele período, foi comercializado a 77,20 USD/barril. Todavia, recentemente os preços das matérias-primas começaram a se restabelecer.

1.1.2 Conjuntura Nacional

A análise do comportamento dos indicadores da economia nacional, até Dezembro, aponta para a manutenção do ritmo de abrandamento no crescimento, conforme dados do INE.

Os indicadores de consumo revelaram uma tendência de redução, no último trimestre de 2009, com as importações de bens de consumo a registarem um abrandamento em termos homólogos de 12,3%.

Conforme os dados do BCV, a taxa de inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou ao longo do ano 2009 uma tendência decrescente que culminou com o registo de uma taxa média de 1% (5,8% abaixo do registado em 2008).

Em 2009, a economia nacional manteve o seu ritmo de recessão em virtude da ligeira redução da procura interna, nomeadamente a nível do consumo e investimento privado, aliado a diminuição da procura externa, sobretudo das exportações dos serviços. O crescimento do PIB situou-se nos 4%, contra os 5,8% registados em 2008, de acordo com os dados do BCV.

As remessas dos emigrantes acusaram uma diminuição de 2,2% de 2008 para 2009 (passando de 10.424,3 milhões de escudos em 2008, para 10.194,0 milhões de escudos em 2009), principalmente nos fluxos provenientes da Zona Euro, principal fonte de remessas de emigrantes. Igualmente, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) realizado em Cabo Verde sofreu um considerável abrandamento (de 15.749,58 milhões de escudos em 2008 para cerca de 9.478,76 milhões de escudos em 2009), especialmente a nível da actividade imobiliária¹.

Os agregados monetários de crédito registaram em 2009 um forte abrandamento, com um crescimento de apenas 10,5% para o crédito interno, 3,3% para a Massa Monetária, e 11,8% para o crédito à economia.

Os Activos Externos Líquidos do Banco Central registaram uma degradação de 2,5% enquanto, os Activos Externos dos Bancos Comerciais sofreram uma diminuição muito superior, de 30,7%.

O ano de 2009 ficou também, caracterizado por um excesso de liquidez no sistema bancário, traduzindo o grande volume de reembolso dos TIM e TRM, e dos depósitos overnight, apesar de ter registado uma diminuição de 52,4%, quando comparado com Dezembro de 2008. Com o objectivo de minimizar os riscos que o excesso de liquidez representa para a estabilidade dos preços, o BCV encetou medidas de política monetária, fazendo recurso à colocação no mercado de títulos próprios, (TRM e TIM), absorvendo desta forma o excesso de liquidez então existente.

O défice orçamental (incluindo donativos) atingiu os 6% do PIB, em 2009, contra 1% do PIB verificado em 2008.

Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

Designação	2008	2009
Produto Interno Bruto	5,9%	4,0%
Inflação	6,8%	1,0%
Crédito Interno Total	18,8%	10,5%
Massa Monetária	7,9%	3,3%

¹ Segundo Relatório de Política Monetária, Abril de 2010, BCV.

A nível do Banco Central, mantiveram-se as taxas de juro fixadas em Outubro 2008, como se segue:

A Taxa de Redesconto: 7,5%

A Facilidade Permanente de Cedência: 8,25%

A Taxa de Regulação Monetária (TRM): 5,25%

A Facilidade Permanente de depósito: 2,75%;

Não obstante, esta política do BCV, as instituições bancárias procederam a ligeiros acréscimos das taxas das operações activas, concorrendo para alguma restritividade na concessão de crédito.

O exercício de 2009 ficou marcado pela implementação das Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). A maioria dessas regras vem aumentar o nível de exigências, tanto em termos de organização interna, como em termos de indicadores prudenciais.

Salienta-se, igualmente, a publicação da Lei n.º 33/VII/12008, de 8 Dezembro, que aprova o Código do Imposto de Selo, aplicada também sobre as operações financeiras. No caso da CAIXA a sua aplicação foi com efeito a partir de 01/08/2009.

1.2 Principais Aspectos Institucionais

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (“CAIXA”) terminou o ano 2009 com profundas alterações na sua estrutura societária, marcadas pela entrada dum novo parceiro, a Geocapital, em substituição dos accionistas Montepio Geral Associação Mutualista e Caixa Económica Montepio Geral, a quem adquiriu as 95.476 acções (27,41%) representativas do Capital Social que esses accionistas de referência detinham na CAIXA, em resultado do que se procedeu, consequentemente, à recomposição e nomeação dos seus novos Órgãos Sociais, conforme a descrição feita na página 4.

Outro facto de muita relevância para a instituição foi o aumento, em Novembro, do seu Capital Social, o qual de 348 mil contos passou para 1.392 milhões de escudos, mediante a emissão de 1.044.000 acções com o valor nominal de 1.000\$00, destinadas preferencialmente aos accionistas

que as subscreveram na totalidade. Esta operação, que permitiu à Caixa um encaixe bruto de 1.044.000.000\$00, foi considerada um sucesso, pois que a demanda superou a oferta, não obstante a situação de crise que se vivia a nível mundial, traduzindo, assim, a confiança que os accionistas depositam na instituição.

Assim, em decorrência do aumento do seu Capital Social, a estrutura accionista da Caixa passou a ter a seguinte distribuição:

Accionistas	31-12-08		31-12-09	
	Nº de Acções	%	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%	447.958	32,2%
Montepio Geral – Associação Mutualista	61.272	17,6%	-	-
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%	-	-
Geocapital, Soc. Gestão de Participações *	-	-	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdiana Seguros	39.247	11,3%	157.682	11,3%
Outros subscritores e trabalhadores	51.727	14,9%	193.707	13,9%
Total	348.000	100,0%	1.392.000	100,0%

* Adquiriu as Acções pertencentes ao Montepio Geral Associação Mutualista e Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa Económica de Cabo Verde tinha um volume de acções cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde correspondente a 90% do seu Capital Social. A cotação de Fevereiro a Novembro situou-se nos 6.000\$00, tendo baixado, a partir dessa data, para 2.250\$00 devido à dilatação do capital com o aumento de capital ao par. As acções terminaram o mês Dezembro cotadas a 2.530\$00 cada.

No âmbito da obrigatoriedade de implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a CAIXA converteu as suas contas para IAS/IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Para CAIXA, 2009 significou ainda o arranque de um novo Plano Estratégico 2009-2012 e início de construção do edifício da sua Sede.

De acordo com a visão estratégica para o quadriénio 2009/2012 a CAIXA pretende ser em 2012 o melhor banco universal de Cabo Verde, reconhecido pelo seu elevado nível de modernização tecnológica e de inovação, orientado essencialmente para o mercado de retalho, dos Particulares residentes e Emigrantes, bem como das Empresas. Para o efeito, foram definidos 4 eixos prioritários de intervenção, a saber: – Inovação, Qualidade, Proximidade e Liderança.

2. Síntese da Actividade

A Caixa Económica de Cabo Verde teve um desempenho positivo, não obstante, não ter atingido os objectivos de crescimento a nível de depósitos, bem como dos Resultados Brutos Operacionais (antes das provisões) propostos para 2009.

A instituição continuou a sua política de alargamento da rede de balcões, com a abertura de mais quatro agências: – uma em Santo Antão – Porto Novo, uma no Maio e duas em São Nicolau - Vila R^a Brava e Tarrafal.

Os Depósitos de Clientes registaram um crescimento de 2,73%, atingindo os 27.948.040 contos contra os 27.206.471 contos registados em 31 de Dezembro de 2008.

O Crédito Bruto Total (excluindo Títulos do Tesouro e Banco Central) registou um crescimento de 13,6%, alcançando os 24.357.558 contos, contra os 21.434.033 contos registados em 2008.

A quota de mercado combinada (Depósitos+Créditos) da Caixa Económica registou um aumento de 1% passando de 29% em 2008 para 30% em 2009.

O Activo Líquido da Caixa alcançou 32.855.512 contos no final de 2009, apresentando um crescimento de 2.480.097 contos (+8,2%) em termos anuais. Este crescimento deveu-se, em grande medida, ao Crédito a Clientes incluindo Outros Créditos e Valores a Receber - Titulados, com +2.556.874 contos (+11,5%). De salientar ainda, o forte investimento em imobilizado com um crescimento líquido em 2009 a somar 472 mil contos (+ 68,7%), a destacar a rubrica Edifícios.

O Passivo, por sua vez, cresceu 4,5%, em 2009, tendo alcançado um saldo de 29.632.058 contos, em virtude do aumento registado nos Recursos de Clientes com 672.241 contos (+2,4%), e nos Recursos de Instituições de Crédito com 519.241 contos (+87%).

O Resultado Líquido do Exercício atingiu os 307.653 contos (+32,9%), contra os 231.531 contos conseguidos no ano anterior.

Em consequência do aumento do Resultado Líquido, a Rendibilidade do Activo (ROA) aumentou para 0,97 % e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu os 11,74%, contra 11,76% em 2008.

Com o reforço das provisões para crédito vencido registou-se uma melhoria do nível de cobertura por provisões, o qual passou de 35,2% em 2008 para 42,8% em 2009.

A qualidade da carteira de crédito também melhorou em relação a 2008, passando o rácio do crédito vencido de 17,2% para 15%, em 2009. De salientar que, no entanto, se avaliarmos a nossa carteira de crédito em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, o indicador de avaliação da qualidade da carteira de crédito em incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total) no final de 2009 era apenas 5,03%.

Com o aumento do Capital Social, o Rácio de Solvabilidade atingiu 14,1% contra os 10,1% conseguidos em 2008. Por sua vez, o limite de concentração de riscos passou de 488 mil contos para 738 mil contos.

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais em 2010, considerando os Depósitos das Instituições Financeiras e excluindo os Juros e os Empréstimos Obtidos, atingiram o

montante de 27.948.040 contos, contra os 27.206.471 contos de 2008, o que representa um crescimento de 2,73%. (No entanto, quando incluídos os juros e empréstimos o montante de 2009 é de 28.113.610 contos contra os 27.441.369 contos de 2008). O crescimento mais significativo verificou-se a nível dos Depósitos a Ordem dos Emigrantes, com um incremento de 24,8%, aproximadamente 303.002 contos.

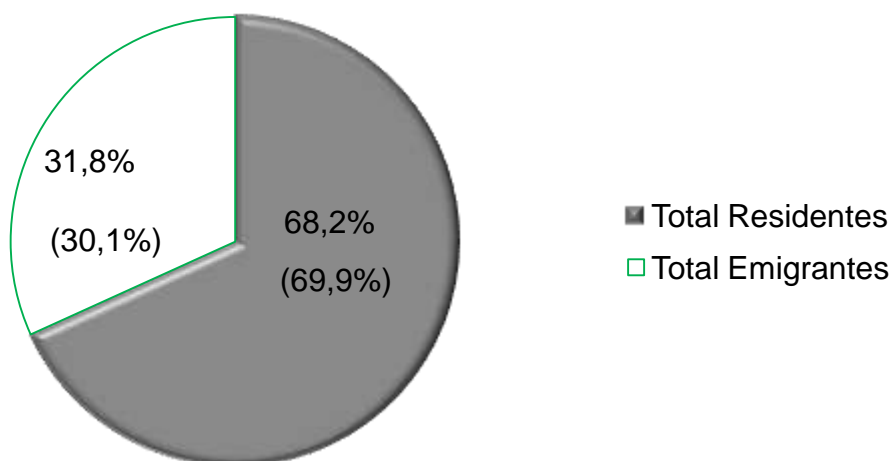
Os Depósitos de Emigrantes, importantes impulsionadores do crescimento dos depósitos da Instituição, embora tenham registado uma ligeira melhoria comparativamente a 2008, o crescimento ainda é moderado. Assim, em 2009, os Depósitos Totais dos emigrantes aumentaram em 8,3% contra 6,6% em 2008, enquanto os Depósitos a Prazo Emigrante conheceram um crescimento de 5,4%, ou seja, um crescimento ligeiramente inferior ao verificado em 2008 (5,5%).

Em consequência, o peso dos Depósitos de Emigrantes no Total Depósitos cresceu de 30,1% em 2008 para 31,8% em 2009.

Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes

Depósitos	2009		2008		Contos	
	Valor	%	Valor	%	Crescimento 2009	
					Valor	%
Residentes	19.066.572	68,2%	19.004.350	69,9%	62.222	0,33%
Depósito à Ordem	10.926.946	57,3%	11.800.987	62%	-874.041	-7,41%
Depósito a Prazo	7.879.692	41,3%	6.813.363	36%	1.066.329	15,65%
Bilhetes Tesouro	259.934	1,4%	390	2,1%	-130.066	-33,35%
Emigrantes	8.881.468	31,8%	8.202.121	30,1%	679.347	8,28%
Depósito à Ordem	1.526.164	17,2%	1.223.162	14,9%	303.002	24,77%
Depósito a Prazo	7.355.304	82,8%	6.978.959	85,1%	376.345	5,39%
Total Depósitos	27.948.040	100,0%	27.206.471	100,0%	741.569	2,73%

Repartição Depósitos 2009 Emigrante e Residentes



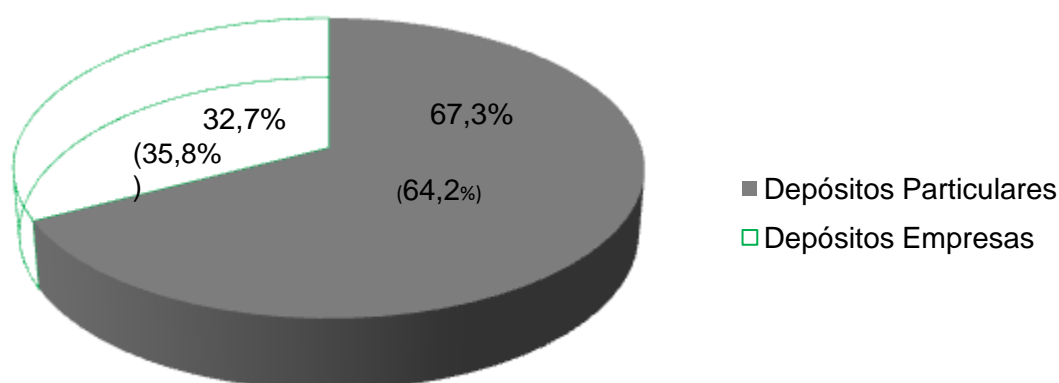
Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2008

Depósitos das Empresas e dos Particulares

Depósitos	2009		2008		Contos	
	Valor	%	Valor	%	Crescimento 2009	
					Valor	%
Particulares	18.806.375	67,3%	17.468.189	64,2%	1.338.186	7,12%
Empresas	9.141.665	32,7%	9.738.282	35,8%	-596.617	-6,13%
Total Créditos	27.948.040	100,0%	27.206.471	100,0%	741.569	2,73%

A quota-parte dos Depósitos Empresas nos Depósitos Totais diminuiu, passando de 35,8% em 2008, para 32,7% em 2009.

Depósitos por Tipo de Cliente 2009



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2008.

3.2. Créditos

A nível da actividade creditícia, a Caixa Económica manteve um bom nível de crescimento em 2009. O Crédito Bruto (excluindo os Títulos Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros diferidos) atingiu o montante de 24.357.558 contos, incluindo 1.205.364 contos de obrigações de empresas, o que representa um aumento de 2.923.472 contos (+13,6% face a 2008).

A subscrição de obrigações das empresas através da Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa de aplicação de fundos para os bancos nacionais. Com as referidas obrigações, o Crédito às Empresas representava em 31 de Dezembro de 2009, 35,2% da Carteira Total, contra 42,8% em 2008.

O Crédito às Empresas decresceu 6,5%, contra um aumento de 36,8% conquistado em 2008. Esta variação foi provocada pelo Crédito Investimento que decresceu 17,2%.

Por seu lado, o Crédito a Particulares cresceu 28,7%, contra os 12,9% do ano 2008, o que fez aumentar o seu peso na Carteira de 57,2% em 2008 para 64,8%.

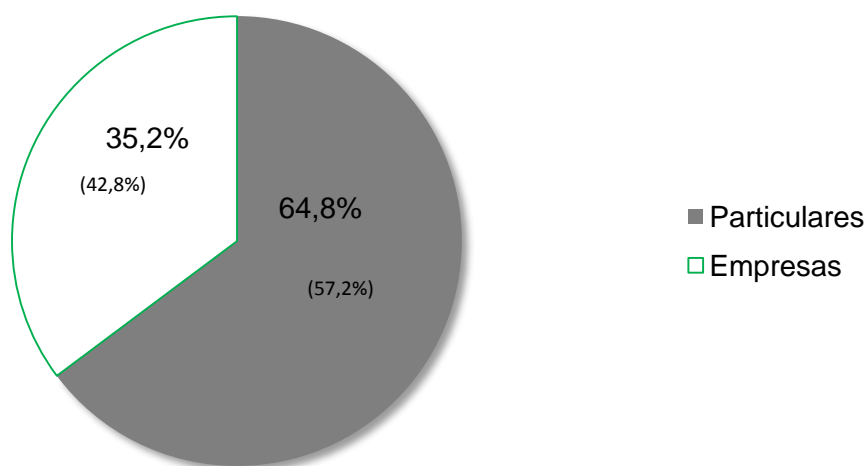
A nível do Crédito a Particulares, destaca-se o Crédito Outros Fins com um crescimento de 53,12%, correspondendo, em termos absolutos, a 2.237.972 contos.

De realçar que, no âmbito da legislação do Banco Central sobre a Classificação do Crédito e Constituição de Provisões, deu-se continuidade ao abatimento do Activo dos créditos da classe V há mais de seis meses, com as respectivas provisões constituídas em 100%. O valor abatido até 31 de Dezembro de 2009 ascendia a 544.792 contos, o que representa um aumento relativamente a 2008 de 19,3%.

Evolução do Crédito Bruto

Créditos	2009		2008		Contos Crescimento 2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	15.779.876	64,8%	12.258.138	57,2%	3.521.738	28,73%
Habitação	9.328.896	59,1%	8.045.131	66%	1.283.765	15,96%
Outros Fins	6.450.980	40,9%	4.213.008	34%	2.237.972	53,12%
Empresas	8.577.682	35,2%	9.175.948	42,8%	-598.266	-6,52%
Investimento	5.338.250	62,2%	6.446.952	70,3%	1.108.702	-
Tesouraria	3.239.432	37,8%	2.728.995	29,7%	510.437	17,20%
Total Créditos	24.357.558	100,0%	21.434.086	100,0%	2.923.472	13,64%

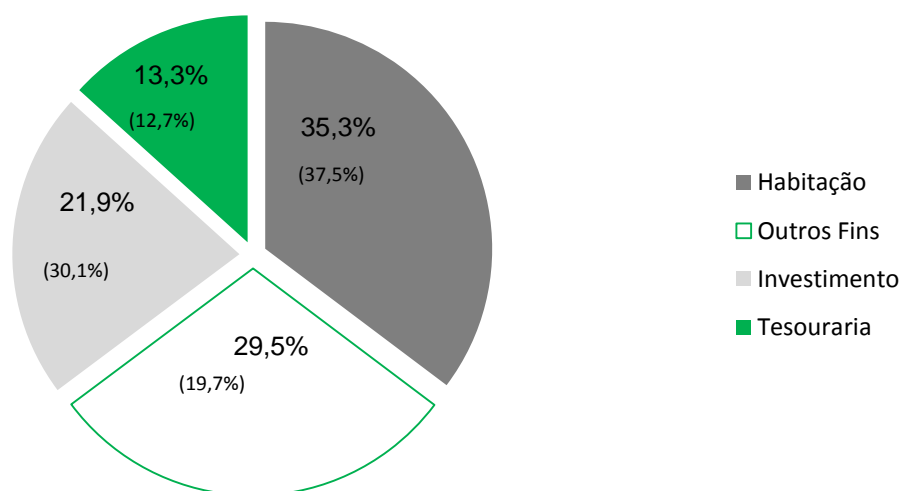
Repartição do Crédito Empresas - Particulares 2009



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2008.

Apesar do crescimento de 53,12% conseguido no Crédito Outros Fins, o Crédito à Habitação continua a ser o de maior peso na carteira de crédito da Caixa (35,3%) com ligeira quebra comparativamente a 2008. De realçar, no entanto, uma brusca quebra verificada no Crédito Investimento (-17,2%) quando comparado com 2008.

Crédito por Finalidade 2009



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2008.

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representava 86,7% do total, no final de 2009. O crédito normal de curto prazo tem vindo a aumentar a sua posição nos últimos anos.

Evolução de Crédito Normal por Prazos				Contos	
Depósitos	2009		2008		Crescimento 2009
	Valor	%	Valor	%	Valor %
Curto Prazo	2.769.317	13,3%	1.874.897	10,4%	894.42 32,30%
Médio e Longo Prazo	18.120.732	86,7%	16.075.779	89,6%	2.044.953 12,72%
Total Créditos	20.890.049	100,0%	17.950.676	100,0%	2.939.373 16,37%

3.3 Crédito e Juros Vencidos

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor do Crédito e Juros Vencidos (excluído as despesas de crédito vencido) era de 3.467.508 contos contra 3.483.410 contos em 2008, o que representa uma diminuição de 0,46%.

Contribuíram fortemente para esta variação o segmento de particulares que baixou aproximadamente 5,3% em relação a 2008.

O segmento de particulares continua a ter um rácio de crédito vencido muito inferior ao do segmento das empresas.

O Crédito à Habitação continua sendo o de menor risco na carteira de crédito da instituição, não obstante o seu peso na carteira vencida, decorrendo este facto das alterações introduzidas na contabilização dos créditos em que as prestações vincendas dos créditos em situação irregular passaram, desde de 2007, a estar contabilizadas como vencidas.

O rácio total passou de 17,2% em 2008 para 15% em 2009, evidenciando uma descida de 2,2 pontos percentuais. Em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, o indicador de avaliação da qualidade da

carteira de crédito em incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total) no final de 2009 era apenas de 5,03%.

Esta diminuição do rácio resulta essencialmente da alteração na classificação dos créditos vencidos há menos de 30 dias que passaram a ser classificados na categoria normal, e, do engajamento na recuperação do crédito.

O rácio de Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, também evoluiu positivamente, passando de 35,2% em 2008 para 42,8%, reflectindo a melhoria da qualidade da carteira de crédito.

3.4 Aplicações Financeiras

A Caixa Económica implementou a sua estratégia financeira, durante o exercício 2009, pautando por acções que visam a diversificação de fontes de financiamento, o reforço do peso do *funding* de médio e longo prazo, a melhoria da rentabilidade dos capitais próprios e o reforço da liquidez da instituição.

A diversificação de fontes de financiamento aparece como um imperativo perante o grande peso dos depósitos na estrutura patrimonial da instituição e no financiamento do activo financeiro, sobretudo que os depósitos apresentem maturidades de curto prazo.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde, reaberta em 2005, tem constituído uma alternativa aos bancos no financiamento da economia e tem levado as instituições financeiras a se adaptarem de modo a tirarem proveito das oportunidades derivadas da dinâmica apresentada por aquela instituição.

Em 2009, relativamente a 2008, registou-se um crescimento do número de títulos emitidos via Bolsa de Valores, quer no segmento Obrigações quer no das Acções.

No segmento Obrigacionista registou-se o lançamento das Ofertas Publicas de Subscrição (OPS) da Tecnicil Indústria, da Cabo Verde Fast Ferry e da Tecnicil Imobiliária, com uma capitalização total de 2,73 milhões de contos contra 2,42 milhões de contos registados em 2008, referentes às OPS do Banco Interatlântico, da Imobiliária Fundiária e Habitat e da Sogei.

No segmento das Acções evidenciam-se os lançamentos das Ofertas Publicas de Subscrição das Acções do BCA e da Caixa Económica de Cabo Verde, com uma capitalização total de 1,36 milhões de contos.

A Caixa teve uma participação bastante activa no mercado primário em ambos os segmentos sendo de destacar o das Acções em que 76% das subscrições foram feitas através dos nossos balcões.

Também no mercado secundário a Caixa teve uma actuação mais activa com o volume das transacções a aumentar 109% em relação a 2008.

4. OUTRAS ACTIVIDADES

A gestão das pessoas constitui um dos pilares fundamentais da gestão da Caixa, pois elas são essenciais para a excelência do serviço prestado aos clientes, para o funcionamento eficiente da Caixa e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável da própria instituição.

Nesse âmbito, a CECV prosseguiu com a sua política de valorização dos seus colaboradores assente numa nova visão de cultura de gestão orientada para os objectivos, para a valorização individual, para uma comunicação directa e ampla, para a delegação associada à confiança, à promoção do trabalho em equipa e à valorização de talentos internos.

4.1.1 – Actividades Relevantes

- Com o objectivo de registar in loco as opiniões e preocupações dos colaboradores que diariamente estão em contacto com os clientes, bem como de reforçar a interacção dos serviços centrais com a área comercial e de avaliar as necessidades dos serviços/agências, a CE realizou encontros com todos os colaboradores. Os encontros foram realizados em 4 pólos: Praia, Mindelo, Sal e Fogo, onde participaram aproximadamente 200 colaboradores de todas as ilhas. Nestes encontros foram apresentados o Plano Estratégico 2009-2012, as actividades desenvolvidas pela Direcção de Gestão de Risco e o portal da Intranet.

4.1.2. Caracterização dos Efectivos

Em 31 de Dezembro de 2009 a Caixa contava com 248 (duzentos e quarenta e oito) colaboradores, sendo 197 de Quadro, 49 com contratos a termo e 2 de licença de longa duração. Dos em efectividade, 127 são mulheres e 119 são homens. A média de idade situava-se nos 36 anos. Relativamente às qualificações, 55% têm formação superior.

Quadro1. Caracterização geral dos efectivos

	2009
Total de Colaboradores	248
Média das idades	36
Média das Antiguidades	7,8
% Homens	48%
% Mulheres	52%
% Colaboradores com formação Superior	55%
Participantes em acções de formação interna	38
Participantes em acções de formação externa	74

Quadro 2. Composição dos efectivos

Composição do efectivo	2008			2009		
	Homen s	Mulheres	Tota l	Homen s	Mulhere s	Tota l
Quadro de Pessoal	93	91	184	100	97	197
Licença sem Vencimento	1	2	3	1	1	2
Contratados a Termo	18	17	35	19	30	49
Total de Efectivo	112	110	222	120	128	248

A nível habilitacional é de se evidenciar o aumento significativo o número de efectivos licenciados em consequência do ingresso de novos colaboradores e requalificação académica interna continuada dos efectivos com 12º ano de escolaridade que entretanto concluíram a licenciatura.

4.1.3. Formação e Desenvolvimento

O empenho na formação materializa-se quer nas acções organizadas por iniciativa da Caixa, quer no incentivo dado a cada colaborador, no âmbito do estatuto de trabalhador estudante, para que desenvolvam as suas competências. Pois, manter os profissionais motivados e bem treinados é essencial ao bom desempenho da instituição.

Os investimentos em formação, no ano 2009, totalizaram 5.828.541,00 ECV, com uma taxa de participação de cerca de 27% nas acções de formação interna e 30% em acções externas.

Formação no Estrangeiro	Nº Participantes
Curso integrado de Gestão Bancária	2
Mini-MBA em Corporate Risk Management	2
Mini-MBA em Gestão do Departamento Jurídico	1
Gestão de Projectos	1
Total de participantes	6

Formação Externa	Nº Participantes
Seguros	2
IAS	19
Higiene e Saúde no Trabalho	2
Elementos e notas de segurança	6
Sifox 2009	1
Avaliadores Imobiliários	3
Práticas e Técnicas de Secretariado	1
Formação Inicial Pedagógica de Formadores	2
Emissão e Gestão de Cartões	2
Protocolo	1
Língua Inglês	25
Fiscalidade - Imposto de Selo	4
Total de participantes	68

Formação Interna	Nº Participantes
Integração de Novos Colaboradores	30

Funções, Chefia e Gerência	11
Imparidades	25
Total de participantes	66

4.1.4. Mobilidade de Pessoal

Em 2009, a Caixa admitiu 34 novos colaboradores e deixou de contar com 8, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 26 colaboradores. Todas as saídas foram por cessação de contrato.

4.1.5. Benefícios Sociais

O princípio de conciliação do trabalho com a vida familiar está presente na cultura empresarial da Caixa. Pretende-se que os colaboradores constituam um conjunto de pessoas, estejam bem consigo mesmas, mas também com a vida e com a profissão, porque a empresa onde trabalham permite-lhes desenvolver todas as vertentes da vida e não apenas a componente profissional.

No conjunto dos benefícios concedidos aos trabalhadores, destaca-se o acesso ao crédito, em condições vantajosas, para a aquisição de habitação própria e outros fins.

No domínio da saúde a Caixa tem assumido o compromisso de atribuir aos seus colaboradores e familiares benefícios que ultrapassam amplamente a protecção social que qualquer empresa deve legalmente assegurar. Os cuidados de saúde foram adjudicadas a duas clínicas, uma de pediatria e outra, de consultas de clínica geral. Para as consultas de especialidade e exames complementares é atribuído a cada colaborador de quadro de pessoal um plafond anual de 18.000\$00. A Caixa apoia, também, nas despesas com ginásticas e/ou outras práticas desportivas.

4.2 – Gestão de Riscos

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) foi criada com a última reestruturação da orgânica da CAIXA com o objectivo de reforçar as “Políticas de Controlos Internos”, face às demandas do Plano Estratégico e às exigências das novas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS).

A DGR contempla 3 áreas – Risco de Crédito, Risco Operacional e Risco de Mercado e Liquidez. Sendo uma estrutura incipiente, em 2009, ocupou basicamente do Risco de Crédito, separando assim, a análise de risco da função comercial, tendo desenvolvido as seguintes acções:

- Emissão de pareceres de risco sobre operações bancárias (empréstimos renda, contas correntes caucionadas e renovações, reprogramações, prestação de garantias, entre outros) cujo montante envolvido em termos de crédito solicitado rondou os 8.646 milhões de escudos, perfazendo 447 pareceres;
- Acompanhamento da constituição de provisões económicas tendo em conta a adequação de provisões, em função do histórico e garantias associadas ao crédito e /ou grupo homogéneo;
- Acompanhamento de alguns estudos e publicações estatísticas com destaque para os sectores de turismo, imobiliária, habitação, energia, transportes, portos e aeroportos;

4.3 – Recursos Tecnológicos e Informáticos

O ano 2009 foi marcado pela consolidação dos projectos já iniciados, com destaque para Reestruturação de Rede, Sistema e Comunicação (PRRSC), dotando o Sistema TI de maior capacidade para receber futuros projectos no âmbito do plano estratégico.

Nesse concernente, foi implementada a 1ª fase da Telefonia IP (TIP) nos Serviços Centrais e algumas Agências, tendo sido, igualmente, efectuado um upgrade e substituição dos equipamentos de comunicação de modo a criar condições para implementação da 2ª fase do projecto.

Foram desenvolvidas outras acções, como sejam, apresentação do Portal da Intranet, implementação do Projecto da Imparidade e aplicações complementares à aplicação Banka, nomeadamente, Cobrança de Imposto Selo, Pagamento de Contribuições e Cartão de Beneficiários do INPS.

Com vista a preparar a instituição para certificação foi realizada uma Auditoria de Segurança aos Sistemas de Informação.

Igualmente, foram efectuadas várias acções de formação e treino para as equipas das novas agências.

4.4 - Organização e Qualidade

Posicionar a Caixa como melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos clientes, rentabilidade financeira para os accionistas, ambiente laboral para os colaboradores, e relacionamento com a comunidade, são objectivos estratégicos preconizados no novo Plano Estratégico. Nesse sentido foram definidos 4 eixos estratégicos de intervenção – Inovação, Qualidade, Proximidade e Liderança;

No domínio da qualidade, prosseguindo com a estratégia de redução de custos, melhoria da qualidade interna de racionalização de processos e circuitos, tendo em vista o aumento da eficiência operativa, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Continuidade ao projecto de Centralização das operações de “*back-office*”, com objectivo de conseguir uma base de dados de clientes mais completa, actualizada e segura, processos melhor organizados, bem como, reduzir o trabalho administrativo dos balcões de modo a proporcionar melhoria na qualidade de serviço ao cliente;

Ao nível da Organização Interna, foram concluídos vários dos projectos em curso e encetados outros que visam a melhoria da produtividade, da segurança operacional e da qualidade da carteira de crédito, sendo mais relevantes as seguintes actividades:

- Aprovação e implementação da nova Estrutura Orgânica da Caixa Económica, adaptada aos novos desafios do sistema financeiro e, tendo em conta a visão da CAIXA projectada no novo plano estratégico. Esta nova orgânica contempla entre outras novas estruturas a Gestão de Risco e a Função Compliance.
- Materializando a sua política de proximidade, com o objectivo de melhor implementar e acompanhar o desenvolvimento do mercado, de modo a proporcionar uma melhor visibilidade e notoriedade, através da satisfação das necessidades dos clientes, com qualidade e celeridade, foi criada a Direcção Comercial Norte.

A melhoria da produtividade e da eficiência nos processos operativos, pelo alinhamento com as melhores práticas, continua sendo uma prioridade de gestão para o próximo triénio. Neste domínio foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Revisão dos procedimentos de tratamento do sistema de Gestão de Reclamações e Sugestões de clientes, com a entrada em vigor do Decreto Legislativo 19/2008 e a Portaria 15/2009, com objectivo de uniformizar os processos, melhorar os padrões de qualidade e de serviço a clientes;
- Aprovação do novo Manual de Funções, com o objectivo de ajustar as atribuições e responsabilidades de cada estrutura aos novos objectivos estratégicos aliados a nova orgânica da CAIXA.
- Com vista ao reforço dos controlos interno, para promoção da segurança das operações, procedemos à elaboração e actualização de Normas de

Procedimentos, nomeadamente sobre, Branqueamento de Capitais, Componentes de Garantia Bancária, Controlo de Operações de Back-office, Validação no Fecho dos Balcões

4.5 - Instalações

Com vista a materialização do Plano Estratégico na vertente proximidade em 2009 foram desenvolvidas acções de expansão e melhoria da rede comercial, sendo de destacar as seguintes realizações:

- Lançamento da 1ª pedra e início de construção do edifício da Sede Social da Caixa Económica;
- Avanço das obras da construção da nova agência em Sal-Rei, Ilha da Boavista e, ampliação da Agência da Assomada;
- Abertura das agências no Maio, Santo Antão e S. Nicolau.

4.6 - Marketing

Em 2009 demos continuidade à promoção da instituição e dos produtos e serviços, com lançamento de novos produtos e serviços de modo a acompanhar as necessidades e expectativas dos nossos cliente e o reforço da notoriedade e visibilidade da Instituição.

Os produtos em Campanha que destacamos durante 2009:

- Conta Super Rendimento destinado ao segmento das empresas, com objectivo de ter uma oferta de produtos e serviços adequada às necessidades muito especiais do segmento Corporate, com uma abordagem mais personalizada;
- Conta Crescente para o segmento dos Emigrantes;
- Conta Crescente para o segmento Particular, com o objectivo de captação de recursos através de oferta de aplicações a prazo, aumentando assim a estabilidade da carteira de recursos.

Também promoveu-se outros produtos e serviços, embora com menor visibilidade dos mencionados, nomeadamente, Internet Banking – CaixaNet, CrediBolsa, CrediMultimédia, Credilar, Crédito Habitação, BES Express, Continua;

Procedemos ainda ao lançamento de duas Linhas de Crédito, sendo uma destinada aos Agentes da Enacol e outra para aquisição de acções da Caixa.

No âmbito Institucional, realizou-se vários eventos como o lançamento da 1ª pedra para construção do edifício da Sede, seguido de um jantar de gala comemorando assim a 81º aniversário da Instituição, a segunda grande corrida da Caixa, apoiou-se diversas actividades nas áreas culturais, sociais e desportivas, em praticamente todas as ilhas. A Caixa participou em duas feiras nacionais, a FICH - Feira Internacional de Construção e Habitação e a FIC - 13ª Feira Internacional de Cabo Verde realizada na cidade do Mindelo, onde para além da divulgação dos produtos e serviços, houve uma aposta forte na promoção da imagem institucional da Caixa, com um Stand renovado e apresentação dos novos uniformes.

Deu-se início ao projecto da uniformização das Agências, com a implementação de uniformes para os colaboradores que trabalham no atendimento, bem como, ao projecto da criação do novo layout das agências, do manual de normas de utilização da imagem da CAIXA, cujo principal objectivo é a obtenção de uma imagem uniformizada e moderna.

4.7 - Novos Canais de Distribuição

No que concerne aos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de 4 “ATM’s”, elevando para 31 o número de ATM’s instaladas pela Caixa, enquanto o sistema, no seu todo, passou a contar com 122 “ATM’s” instalados, o que confere à Caixa, neste domínio, uma quota de mercado de 25,4%, com um ligeiro acréscimo em relação a 2008, (24,8%).

Durante 2009 a Rede Vinti4 produziu 60.048 novos cartões de débito, cabendo à Caixa a emissão de 17.488, o que corresponde a 29,1% do total das novas emissões.

Quando avaliado o número de transacções, a Caixa registou um crescimento considerável na ordem dos 41,3% quando no total do sistema o crescimento ficou pelos 23,2%, o que confere à Caixa uma quota de 31,9%.

Em termos de POS instalados a Caixa passou a contar com 335 máquinas, diminuindo a sua quota de mercado de 25% para os 24%. De notar que o sistema passou a contar com 1.396 “POS” em 31 de Dezembro, contra os 1.006 “POS” em 2008.

Quanto às transacções feitas nos “POS”, registou-se uma redução da quota da Caixa, em relação a 2008, passando de 27,7% para 20,7%.

Em relação aos cartões de crédito “Visa”, durante o ano de 2009 a Caixa emitiu um total de 191 cartões, sendo 158 “Classic” e 33 “Gold”.

Quanto ao “Cartão Jovem” e Cartão Jovem Universitário” emitidos em parceria com a Direcção Geral de Juventude, em 2009 a Caixa emitiu um total de 70 cartões Jovem e 21 cartões Jovem Universitário.

Em relação à adesão ao serviço de *Internet Banking - Caixanet*, em 2009 foram efectuados 1.777 contratos Particulares e 231 contratos Empresas, números ligeiramente superiores em relação aos verificados em 2008.

Quanto as transacções feitas via “Caixa Net”, em 2009 somaram 606.179, sendo de destacar 17.921 consultas de saldo, 271.265 consultas de movimentos, 11.067 transferências intra-bancárias e 1.233 transferências Interbancárias.

4.8 - Relações com os Emigrantes

A Caixa Económica desenvolveu várias acções promocionais dos produtos destinados aos emigrantes, nomeadamente, os de poupança, tendo em conta a importância desse segmento para a actividade da instituição e para o desenvolvimento do país.

Os encontros com as comunidades foram também aproveitados para divulgação da imagem institucional, com o objectivo de reforçar a posição e notoriedade da Caixa Económica neste mercado e de atrair a poupança dos emigrantes.

4.9 - Relações Internacionais.

As acções da área internacional foram motivadas no sentido de melhorar e desenvolver a rede de correspondentes bancários e parceiros internacionais com aposta forte nos mercados onde se verifica demanda expressiva ou justificável, seja da parte da comunidade Cabo-verdiana no exterior, seja dos próprios residentes.

4.9.1 Relações com a rede de correspondentes e parceiros

A fim de dar resposta as necessidades dos nossos clientes residentes, procurou-se alargar a nossa rede de correspondentes a países como Brasil e China, com os quais as transacções comerciais têm conhecido um aumento considerável e cujas potencialidades são promissoras.

Para o efeito foram encetados contactos com vários bancos.

Foi também efectuado encontro de balanço de parceria com a representante da Western Union.

4.9.2 Relações com Outras Instituições Financeiras

Celebramos com AFD - Agence Française de Développement a segunda Convenção de Financiamento de projectos municipais, tendo a primeira sido completamente utilizada. Nesta, a participação da Caixa ascendeu a 42% do valor total.

A Caixa tem mantido ainda relações de negócio com BCEEL - Banque et Caisse d'Epargne de L'Etat du Luxembourg e Caixa Económica Montepio Geral.

4.10 - Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, os quais destacamos:

Na área Cultural, a Caixa patrocinou a produção do DVD “Tarrafal – Um campo em morte Lenta” realizado por João Paradela, o simpósio internacional sobre o campo de concentração do Tarrafal realizada pela Fundação Amílcar Cabral, a edição dos contos infanto-juvenis da autora Natacha Magalhães, o espectáculo de dança “Opera Crioula” realizada no CCB em Lisboa, o grupo musical Ferro Gaita na sua digressão a Portugal, Luxemburgo e EUA, a gravação do 1º CD do violinista Nho Nani, a artista Isa Pereira também para a gravação e lançamento do seu primeiro álbum discográfico, a Sociedade Caboverdina de Autores (SOCA), a Associação dos Amigos de São João Baptista para a realização da festa da bandeira de “Nho San Djon”, a Associação Juventude em Marcha para rodagem da peça teatral “Canjana”, o artista Dudu Araújo no âmbito do espectáculo de comemoração do 34º aniversário da independência nacional, o artista Zé Rui Pina para gravação do seu CD e Câmaras Municipais no âmbito das comemorações do dia do município, entre outros.

Na área Desportiva, patrocinamos várias equipas de futebol e associações desportivas, actividades e eventos desportivos, dentre os quais realçamos o Campeonato Mundial de Windsurf realizado na ilha do Sal, na qualidade de patrocinador principal, do grupo desportivo Nhagar com equipamentos desportivos, a Federação Caboverdiana de Basquetebol época 2009-2010, a Academia Carlos Alinho com vista a participação no Mundialito de Futebol, a Escolinha Minibasquete do Grupo Desportivo Recreativo e Cultural da

Pretória com atribuição de equipamentos desportivos, o Clube Desportivo Onze Unidos da ilha do Maio, o Rosariense Clube da R^a Grande para digressão a Luxemburgo no âmbito do torneio para comemoração do 25^o aniversário, a Associação FC Estrela Amadora Norte, a Federação Caboverdiana de Atletismo, o Clube Desportivo Botafogo e o Campeonato de Voleibol realizado na ilha do Fogo.

No campo Social e da Educação foram concedidos vários apoios a diversas entidades de solidariedade social e educação, os quais destacamos a UNICV para a realização da oficina arte/ ocupação do território/desenvolvimento local, a Câmara Municipal da R^a Brava no âmbito do projecto “Escola Segura”, Casa da Juventude da Ilha do Maio com a atribuição de equipamentos informáticos, Universidade de Santiago na realização do acto oficial de abertura, o ICASE, a Fundação infância Feliz, entre outros.

A Caixa Económica de Cabo Verde vem desempenhando um papel importante no domínio do Micro-crédito, com a gestão de várias linhas especiais de crédito destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento que não têm acesso ao crédito bancário clássico, destacando-se as seguintes:

5.1 Linha de Micro-Crédito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas – PFEME

É a mais relevante das linhas de micro crédito geridas pela Caixa Económica e tem tido um grande impacto na melhoria das condições de vida de milhares de pessoas.

O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formações destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso ao crédito, procedimentos e responsabilidades inerentes ao crédito, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a *grupos solidários* constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 2009 foram concedidos 559 créditos totalizando 15.710 o nº de créditos realizados desde o início do programa.

O montante global de créditos concedidos em 2009 somou os 33.240 contos, o que representa uma média dos empréstimos de 59 contos por cliente e 158 contos por grupo solidário. O montante total acumulado, desde o início do programa, atingiu os 708.659 contos.

Em 2009 as receitas totais, provenientes, essencialmente de juros, quotas e penalidades, atingiram os 8.659 contos.

O rácio de reembolso total atingiu os 98%, sendo 95% dentro do prazo, o que representa uma melhoria de 5% em relação ao ano anterior.

5.2 Linha de Crédito do Programa Especial de Segurança Alimentar - PSSA

É uma linha de crédito que se destina a financiar actividades de agricultura e pecuária nas ilhas onde o programa actua, nomeadamente Santo Antão (Concelhos de Porto Novo e Ribeira Grande), Santiago (Concelho do Tarrafal), São Nicolau e Fogo, cuja coordenação é assegurada, a nível local,

pelos gerentes das Agências da Caixa Económica nas respectivas ilhas e os Delegados do Ministério da Agricultura.

Até à presente data, 3 desembolsos foram transferidos para o fundo PSSA totalizando 19.437.364 ECV.

Desde o início do programa um total de 78 créditos foram concedidos pelas agências da CECV e perfaz um total de 23.157.143 ECV, com uma taxa de retorno a situar-se nos 87,5%.

Os pedidos pendentes, até então, justificam-se ou por razões formais, mormente a abertura de conta, constituição de garantia, ou por falta de disponibilidade do fundo PSSA.

Este programa vem contemplando, essencialmente, beneficiários do sexo masculino (cerca de 86%), considerando a natureza dos projectos financiados (actividades ligadas à agricultura e pecuária).

5.3 Fundo de Crédito Millennium Challenge Account - MCA

O acordo assinado entre a Caixa Económica e o MCA a 12 de Maio de 2008 permite à Caixa Económica gerir o Fundo de crédito no quadro do Projecto MCA, destinado às Instituições de Micro-Finanças (IMF's) para financiarem actividades agrícolas nomeadamente, aquisição de factores de produção agrícola (sementes, fertilizantes, produtos fitossanitários, etc), comercialização de produtos agrícolas, aquisição de equipamentos de micro-irrigação, levadas a cabo por beneficiários do Projecto MCA.

Com o desembolso da segunda e última tranche do fundo, no valor de 19.583.750 ECV, em Julho 2009, o montante do fundo totalizou os 450.000 USD, aproximadamente 34.530.950 ECV. Em 31 Dezembro, 4 IMF's (SOLDIFOGO, ASDIS, MORABI e OMCV) haviam recorrido ao fundo, tendo

a CAIXA disponibilizado um total de 28.494.403 ECV, cerca de 83% do fundo, do qual já reembolsou 641.514 ECV.

Por sua vez, as IMF's já aplicaram 100% do montante, do qual beneficiaram 126 clientes, com uma taxa reembolso de 92%.

6. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

6.1. Resultados do Exercício

Não obstante o contexto de mercado em que foi desenvolvida a actividade de 2009, a Caixa conseguiu um Resultado do Exercício no valor de 308 mil contos, superior em 76 mil contos (+32,9%) ao registado em 2008. A contribuir positivamente para a formação deste resultado esteve por um lado, a Margem Financeira Alargada, com um crescimento de 8,5% (+115 mil contos), e por outro, a constituição de Provisões e Imparidade, sobretudo para crédito concedido, com uma variação de -42,3% (-270 mil contos).

Os Juros e Rendimentos Similares registaram um crescimento de 12,7% (+ 253 mil contos), enquanto os Juros e Encargos Similares cresceram 21,7% (+138 mil contos), o que proporcionou o crescimento da Margem Financeira Alargada, principal componente do Produto Bancário com um peso de 76%.

Os Rendimentos de Serviços e Comissões Líquidas conheceram um decréscimo de 10,1%, correspondendo em termos absoluto a uma diminuição de 19 mil contos, atingindo os 173 mil contos.

Os Resultados em Operações Financeiras situaram-se em 104 mil contos, o que representa uma variação negativa de 22,5% (-30 mil contos). De salientar que este resultado deveu-se sobretudo às operações cambiais relacionadas com o Dolar e diminuição do volume das Operações sobre Estrangeiro, consequência da crise financeira.

Contribuiu, ainda, negativamente para formação da Margem Complementar, a rubrica Outros Resultados de Exploração que se situou nos 187 mil contos (-27,5% quando comparado com 2008), sendo de destacar significativa redução na recuperação de juros de crédito, perdão de dívida, reposição de valores de compensação e cheque levantado indevidamente.

O Produto Bancário conheceu, neste cenário, um decréscimo de 0,4% em relação a 2008, tendo atingido os 1.932 mil contos.

Os Custos Administrativos agravaram-se em 17,6%, (+148 mil contos), face a 2008, evolução justificada pelo aumento de 19,4% (+82 mil contos) dos Gastos Gerais Administrativos e, 15,7% (+65 mil contos) dos Custos com o Pessoal. O aumento dos Custos com o Pessoal foi devido, sobretudo, à abertura das quatro novas agências, aumento do quadro de pessoal, a reestruturação orgânica, para além do reajustamento salarial de 2,5%. Entre as rubricas que mais contribuíram para o aumento dos Gastos Gerais Administrativos destacam-se os Serviços Especializados com + 32,7%

(27.709 contos) decorrentes essencialmente das consultorias no âmbito de implementação das IFRS e Imparidade e auditoria de Sistemas de Informação, a rubrica Publicidade com +56,6% (31.032 contos) relacionado sobretudo com promoção institucional e, Deslocações e Estadas com uma subida de 53,5% (+ 13.814 contos).

Em consequência o Resultado Bruto de Exploração apresentou uma redução de 14,2% em relação ao ano 2008, situando-se em 942 mil contos.

As Amortizações fixaram-se em 156 mil contos, observando um acréscimo de 10,9% (+ 15 mil contos) comparativamente a 2008. Esta variação deveu-se essencialmente a aquisição de novas viaturas e os investimentos em softwares face aos novos desafios estratégicos.

O *Cash Flow* do Exercício registou uma diminuição de 18,5%, fixando nos 852 mil contos, contra os 1.045 mil contos conseguidos em 2008, traduzindo, fundamentalmente a reposição das Provisões e Imparidade, que se reflectiu positivamente no Resultado do Exercício.

Evolução dos Resultados (Milhões de Escudos)

RUBRICAS	2009	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Juros e rendimentos similares	2.245	1.992	253	12,7
Juros e encargos similares	777	639	138	21,7
Margem Financeira	1.468	1.353	115	8,5
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	173	192	-19	-10,1

Resultados em operações financeiras	104	134	-30	-22,5
Resultados de alienação de activos	1	4	-3	-77,0
Outros resultados de exploração	187	257	-71	-27,5
Margem Complementar	464	588	-123	-21,0
Produto Bancário	1.932	1.941	-9	-0,4
Custos com Pessoal	483	418	65	15,7
Gastos Gerais Administrativos	506	424	82	19,4
Custos Administrativos	990	842	148	17,6
Resultados Bruto de Exploração	942	1.099	-156	-14,2
Amortizações	156	141	15	10,9
Total custos operativos	1.146	983	163	16,6
Provisões e imparidade (liq.)	387	672	-285	-42,4
Resultados Liq. de Exploração	399	285	113	39,7
Resultados em empresas associadas	6	10	-3	-38,7
Resultado antes de impostos	405	296	109	37,0
Impostos correntes	85	63	23	35,9
Impostos diferidos	12	1	11	877,9
Imposto sobre lucros	97	64	33	51,7
Resultado Liquido	308	232	76	32,9
- Cash Flow do Exercício	852	1.045	-193	-18,5

6.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem a evolução positiva da performance da Caixa no exercício.

A rendibilidade dos recursos próprios (ROE) passou de 11,4% para 11,8%, e, por sua vez, a rendibilidade do activo (ROA) passou de 0,81% para 0,97%.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, piorou em relação a 2008, passando de 50,3% para 59,1%, explicado pela diminuição do produto bancário enquanto os custos operativos aumentaram.

O Produto Bancário por Trabalhador, indicador da produtividade dos trabalhadores, registou igualmente uma deterioração, passando de 8,923 contos para 8.222 contos, essencialmente justificado pelo recrutamento de 26 novos colaboradores, dos quais 25 técnicos superiores, quando o Produto bancário baixou ligeiramente.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2009	2008
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	11,8	11,4
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA) (%)	0,97	0,81
<i>Cash Flow</i> do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	32,5	51,4
<i>Cash Flow</i> do Exercício / Activo Líquido Médio (%)	2,7	3,6
Custos Operativos / Produto Bancário (<i>Cost to Income</i>) (%)	59,3	50,7
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	8.222	8.923
<i>Cash Flow</i> do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	3.624	4.805

6.3 Rácios Prudenciais

No que concerne a solidez e sustentabilidade financeira a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 1.924.230 contos em 2008 para 3.077.174 contos em 2009, o que representa um acréscimo de 59,9%.

Esta evolução deveu-se sobretudo ao aumento substancial do Capital Social da Caixa.

Em consequência, o Rácio de Solvabilidade apurado situou-se nos 14,1%, com uma significativa melhoria em relação a 2008, conseguindo uma margem de aproximadamente 4pp sobre o mínimo exigido.

Por sua vez, o rácio de Cobertura de Imobilizado situou-se em 266%, no final de 2009, muito acima do limite definido que é de 100%.

Rácios Prudenciais	2009	2008
- Fundos Próprios (contos)	3.077.174	1.924.230
- Rácio de Solvabilidade	14,1	10,1%
- Rácio Imobilizado Líquido /Fundos Próprios	266,1	299,8%

6.4 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício somaram 387.376 contos, traduzindo um decréscimo de 284.922 contos (-42,4%), face ao valor registado um ano antes. As Provisões para Crédito, que correspondiam a 95,1% do total, em 31 Dezembro 2009, registaram uma variação de -269.835 contos (-42,3%), face ao mesmo período de 2008, em virtude, essencialmente, da melhoria da qualidade da carteira de crédito, cujo rácio Crédito Vencido/Crédito total passou de 17,2% para 14,9%.

Provisões e Imparidade Líquidas	(contos)					
	2009		2008		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Crédito a Clientes	368.212	95,05	638.047	94,91	-269.8	-42,29
Imóveis	6.149	1,59	34.252	5,09	-28.1	-82,05

Reembolso Despesas do Estado	13.016	3,36	0	0	13.02	
Total	387.376	100,00	672.298	100,00	-284.90	-42,38

6.5 Créditos e Juros Vencidos

A carteira de crédito evidenciou melhoria em 2009, tendo o rácio de crédito vencido alcançado 14,98% quando em 2008 ascendia 17,18%.

O rácio de cobertura de crédito por provisões também conheceu uma significativa melhoria, situando em 42,83% no final de 2009, quando no mesmo período de 2008 era de 35,24%.

milhares de contos		
Designação	2009	2008
Créditos e Juros vencidos	3.468	3.483
Provisões para Créditos e Juros vencidos	1.485	1.228
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	14,98%	17,18%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	14,24%	16,25%
Provisões para Créditos e Juros venc. / Créditos e Juros	42,83%	35,24%

7. TRANSIÇÃO PARA AS NIC/NIRF

A Caixa Económica de Cabo Verde, em 2009, aplicou pela primeira vez na preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente em vigor (Plano de Contas para o Sistema Bancário - PCSB), para as NIRF, a Caixa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição reportada a 1 de Janeiro de 2008. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008 e ao exercício

então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi re-expressa para as NIRF para efeitos de comparabilidade.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando:

- i) que o Resultado Líquido do exercício de 2009 ascendeu ao valor de 307.653 contos;
- ii) que a instituição encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;
- iii) o esforço financeiro feito pelos accionistas no âmbito do aumento de capital social ocorrido em Dezembro de 2009;
- iv) que a Caixa apresenta níveis confortáveis em matéria de rácios prudenciais, nomeadamente, Fundos Próprios e Solvabilidade.

v) a prática da Instituição em termos de distribuição de dividendos;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Reservas (10,41%)	32.037.471\$31
Dividendos (198 CVE por acção)	275.616.000\$00
Total	307.653.471\$31

9. NOTAS FINAIS

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2009 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Milhares de Escudos)

ACTIVO	2009			2008
	Activo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.219.191	0	5.219.191	5.723.856
Disponibilidades em outras instit.de crédito	694.123	0	694.123	746.982
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor/resultados	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4.023	200	3.823	3.823
Aplicações em instituições de crédito	329.531	0	329.531	440.704
Crédito Clientes	26.255.183	1.485.102	24.770.081	22.213.207
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0
Activos com acordo de recompra	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento	17.731	3.377	14.353	13.834
Outros activos tangíveis	1.727.864	614.993	1.112.871	604.63
Activos intangíveis	231.761	185.035	46.726	82.596
Investimentos em filiais, associadas e emp.conjunto	43.476	0	43.476	37.231
Activos por impostos correntes	10.107	0	10.107	0
Activos por impostos diferidos	53.174	0	53.174	66.467
Outros activos	559.788	2.732	557.056	441.085
TOTAL DO ACTIVO	35.145.951	2.291.439	32.854.512	30.374.415



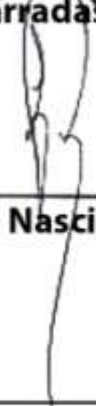




(Milhares de Escudos)

PASSIVO	2009	2008
Recursos de bancos centrais	250	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Out.passivos financeir.ao justo valor/resultados	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	866.371	597.13
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.113.610	27.441.369
Responsabilidades representadas por títulos	0	0
Derivados de cobertura	0	0
Passiv.n/corrent.detid.p/venda e oper.descontinuad	0	0
Provisões	59.904	70.276
Passivos por impostos correntes	85.457	53.52
Passivos por impostos diferidos	6.154	7.693
Instrumentos representativos de capital	0	0
Outros passivos subordinados	0	0
Outros passivos	250.562	194.427
Capital	1.392.000	348
Prémios de emissão	0	0
Outros instrumentos de capital	0	0
(Acções próprias)	0	0
Reserva de reavaliação	0	0
Outras reservas e resultados transitados	1.522.800	1.430.469
Resultado do exercício	307.653	231.531
(Dividendos antecipados)	0	0
TOTAL DO PASSIVO	29.632.058	28.364.415
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	32.854.512	30.374.415

(Milhares de Escudos)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2009	2008
Juros e rendimentos similares	2.245.126	1.991.925
Juros e encargos similares	777.155	638.811
Margem financeira	1.467.971	1.353.113
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	198.821	211.37
Encargos com serviços e comissões	26.23	19.433
Resultados activos e passivos avaliados ao Justo Valor através Resultados	0	0
Resultados de activos financeiros disponiveis p/venda	0	0
Resultados de reavaliação cambial	104.126	134.345
Resultados de alienação de outros activos	905	3.941
Outros resultados de exploração	186.607	258.041
Produto bancário	1.932.200	1.941.376
Custo com pessoal	483.474	418.025
Gastos gerais administrativos	506.234	423.901
Amortizações do exercício	156.497	141.169
Provisões liquidas de reposições e anulações	18.199	34.252
Imparidade outros activ.financ.liq.rever.e recup.	369.177	638.047
Imparidade outros activ.liq.reversões e recuperaç	0	0
Resultados em empresas associadas	6.246	9.633
Resultado antes de impostos	404.865	295.616
Impostos		
Correntes	85.457	62.882
Diferidos	11.755	1.202
Resultados após impostos	307.653	231.531
Do qual: RL após impostos operações descontinuadas	0	0

Conselho de Administração:

Presidente -	 Emanuel de Jesus da Veiga Miranda
Vice-Presidente-	 Diogo Campos Barradas De Lacerda Machado
Vogal-	 Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes
Vogal-	 Filinto Elísio dos Santos
Vogal-	 Luís Manuel Veloso de Almeida
Vogal-	 Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes
Vogal-	 Paulino Baptista Dias Jesus

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2009			2008	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido (Pró-forma)				(Pró-forma)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	5.219.191	-	5.219.191	5.723.856	Recursos de bancos centrais	14	250.000	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	694.123	-	694.123	746.982	Recursos de outras instituições de crédito	15	866.371	597.130
Activos financeiros disponíveis para venda	5	4.023	(200)	3.823	3.823	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	28.113.610	27.441.369
Aplicações em instituições de crédito	6	329.531	-	329.531	440.704	Provisões	17	59.904	70.276
Crédito a clientes	7	26.255.183	(1.485.102)	24.770.081	22.213.207	Passivos por impostos correntes	12	85.457	53.520
Propriedades de investimento	8	17.730	(3.377)	14.353	13.834	Passivos por impostos diferidos	12	6.155	7.693
Outros activos tangíveis	9	1.727.864	(614.993)	1.112.871	604.630	Outros passivos	18	250.561	194.427
Activos intangíveis	10	231.761	(185.035)	46.726	82.596	Total do passivo		29.632.058	28.364.415
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	43.476	-	43.476	37.231	Capital	19	1.392.000	348.000
Activos por impostos correntes	12	10.107	-	10.107	-	Outras reservas e resultados transitados	20	1.522.801	1.430.469
Activos por impostos diferidos	12	53.174	-	53.174	66.467	Resultado do exercício	20	307.653	231.532
Outros activos	13	559.788	(2.732)	557.056	441.086	Total do capital próprio		3.222.454	2.010.001
Total do activo		35.145.951	(2.291.439)	32.854.512	30.374.416	Total do passivo e do capital próprio		32.854.512	30.374.416

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(Pró-forma)</i>
Juros e rendimentos similares	21	2.245.126	1.991.924
Juros e encargos similares	22	(777.155)	(638.811)
MARGEM FINANCEIRA		1.467.971	1.353.113
Rendimentos de serviços e comissões	23	198.822	211.370
Encargos com serviços e comissões	23	(26.230)	(19.433)
Resultados de reavaliação cambial	24	104.126	134.345
Resultados de alienação de outros activos	25	905	3.941
Outros resultados de exploração	26	186.607	257.489
PRODUTO BANCÁRIO		1.932.201	1.940.825
Custos com pessoal	27	(483.474)	(418.025)
Gastos gerais administrativos	28	(506.234)	(423.902)
Amortizações do exercício	8, 9 e 10	(156.497)	(141.168)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	(18.199)	(34.252)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(369.177)	(638.046)
Resultados em empresas associadas	11	6.245	10.184
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		404.865	295.616
Impostos			
Correntes	12	(85.457)	(62.882)
Diferidos	12	(11.755)	(1.202)
		(97.212)	(64.084)
Resultado e rendimento integral do exercício		307.653	231.532
Número médio de acções ordinárias emitidas		725.556	348.000
Resultado por acção		0,42402	0,66532

O Anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 - PCSB	348.000	223.781	1.010.243	-	471.670	2.053.694
Impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 34)	-	-	-	(136.025)	-	(136.025)
	348.000	223.781	1.010.243	(136.025)	471.670	1.917.669
Distribuição do resultado do exercício de 2007:						
Incorporação em reservas	-	47.167	285.303	-	(332.470)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(139.200)	(139.200)
Resultado do exercício	-	-	-	-	231.532	231.532
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 - pró-forma	348.000	270.948	1.295.546	(136.025)	231.532	2.010.001
Aumento de capital	1.044.000	-	-	-	-	1.044.000
Distribuição do resultado do exercício de 2008:						
Incorporação em reservas	-	27.257	106.112	-	(133.369)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(139.200)	(139.200)
Resultados transitados	-	-	-	(41.037)	41.037	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	307.653	307.653
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1.392.000	298.205	1.401.658	(177.062)	307.653	3.222.454

O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2009</u>	<u>2008</u> <i>(Pró-forma)</i>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Resultado líquido do exercício	307.653	231.532
Ajustamentos:		
Amortizações	156.497	141.168
Provisões e imparidade	387.376	672.298
Impostos diferidos	11.755	1.202
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(6.245)	(10.184)
Variações nos activos e passivos operacionais:		
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	111.173	(179.688)
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	(2.925.086)	(3.685.955)
(Aumento) / diminuição de outros activos	(131.356)	(27.543)
Aumento / (diminuição) de recursos de bancos centrais	250.000	-
Aumento / (diminuição) de recursos de outras instituições de crédito	269.241	159.895
Aumento / (diminuição) de recursos de clientes e outros empréstimos	672.241	3.287.107
Aumento / (diminuição) de outros passivos	63.842	(47.787)
<i>Fluxo das actividades operacionais</i>	<u>(832.909)</u>	<u>542.045</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	5.357
Pagamentos respeitantes a:		
Propriedades de investimento	(547)	(6.763)
Outros activos tangíveis	(613.850)	(125.062)
Activos intangíveis	(15.018)	(44.539)
<i>Fluxo das actividades de investimento</i>	<u>(629.415)</u>	<u>(171.007)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Aumento de capital, líquido de despesas	1.044.000	-
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos distribuídos	(139.200)	(139.200)
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	<u>904.800</u>	<u>(139.200)</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(557.524)	231.838
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.470.838	6.239.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.913.314	6.470.838

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até Setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, SA, adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista (Nota 19).

A partir de Dezembro de 2005, 60% das acções da Caixa passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 29 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Maio de 2010, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009 são as primeiras apresentadas pela Caixa de acordo com as NIRF. Deste modo, tal como definido na Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (IFRS 1), foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

Até 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), aprovado pelo Aviso nº 6/94, de 19 de Julho, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro e Aviso nº 4/2004, de 27 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NIRF sendo o impacto à data de transição explicado na Nota 33.

De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

2.3. Políticas contabilísticasa) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio da Caixa no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2009 e 2008, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
1 USD	75,936	78,182

c) Instrumentos financeirosi) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Caixa não tem activos de “trading” ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Anulações de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, os juros de créditos vencidos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos disponíveis para venda correspondem a activos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes activos ao custo histórico.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Caixa efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

A Caixa efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito a Caixa definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas
- Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

Não é registada imparidade para créditos sobre o Estado de Cabo Verde (incluindo títulos de dívida pública), empresas públicas ou municípios ou garantidos por estas entidades.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Relativamente a estes activos financeiros, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, a Caixa considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em "Amortizações do exercício" ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	60
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	5 - 12
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%. Em Janeiro de 2009, a taxa do IUR foi alterada de 30% para 25% com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem aos impactos da adopção das NIRF.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.3. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras a Caixa utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações, em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação, aplicável a concessões do tipo público-para-privado, enquadra o operador como prestador de serviços e introduz regras de reconhecimento por parte do operador do rédito de construção e de operação de infraestruturas e sua mensuração.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação clarifica as condições necessárias para enquadrar o reconhecimento do rédito proveniente da construção de imóveis no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”	1-Jan-13	<p>Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:</p> <p>a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;</p> <p>b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;</p>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
		c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento.
REVISÕES:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
IFRS 2 (Alterada) – “Pagamentos baseados em acções”	1-Jan-10	Esta revisão clarifica o tratamento a adoptar por uma subsidiária nas suas demonstrações financeiras individuais relativamente a transacções baseadas em acções quando o pagamento é efectuado pela empresa mãe ou por outra entidade do grupo.
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão introduz alterações: (a) na mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) no reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) no tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) no registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade.
IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas”	1-Jan-11	Introduz uma isenção de alguns requisitos de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 14 – “O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (Emenda)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.
IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio”	1-Jul-10	Clarifica o tratamento contabilístico de com a liquidações de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio.
EMENDAS:		
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09	Estas emendas clarificam alguns aspectos da contabilidade de cobertura, nomeadamente: (i) a identificação da inflação como um risco coberto e (ii) a cobertura com opções.
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pela Caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	1.406.037	1.550.878
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	3.813.154	4.172.978
	<u>5.219.191</u>	<u>5.723.856</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% (14% até 19 de Fevereiro de 2009) da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no país		
. BCA	14.304	14.183
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	278.330	118.982
. Marine Midland Bank	137.366	76.537
. Montepio Geral	45.582	141.098
. Commerzbank	9.397	-
. Banco Espírito Santo	6.614	45.055
. Caixa Geral de Depósitos	5.738	36.050
. Banco Português de Investimento	3.467	59.900
. ABN AMRO Bank	3.319	30.916
. Outras	74.155	68.667
	<u>578.272</u>	<u>591.388</u>
Valores a cobrar:		
Sobre o país	92.742	143.659
Sobre o estrangeiro	22.760	10.031
	<u>115.502</u>	<u>153.690</u>
Outras disponibilidades	349	1.904
	<u>694.123</u>	<u>746.982</u>

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Valor balanço (líquido)	Imparidade (Nota 17)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3.823	3.823	-
<u>Instrumentos de dívida valorizados ao custo histórico</u>			
Obrigações de dívida pública portuguesa	200	-	(200)
	<u>4.023</u>	<u>3.823</u>	<u>(200)</u>

A Caixa manteve as obrigações de dívida pública portuguesa registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	150.000	-
Títulos de intervenção monetária	-	250.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	145.812	190.475
Depósitos a prazo	33.805	3.910
Proveitos diferidos	(86)	(3.681)
	<u>329.531</u>	<u>440.704</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução” corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para créditos documentários concedidos por estas entidades a clientes da Caixa. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação do respectivo crédito documentário associado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2009	2008
Banque et Caisse D'Epargne de L'Etat	142.030	108.225
Montepio Geral	33.105	73.896
Outros	4.482	12.264
	<u>179.617</u>	<u>194.385</u>

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	778.126	726.987
Empréstimos	1.465.474	791.179
Descobertos em depósitos à ordem	519.701	328.732
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	15.234.277	13.142.887
Outros créditos	1.092.115	1.217.517
	<u>19.089.693</u>	<u>16.207.302</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	1.979.250	2.090.370
Outros títulos de rendimento fixo	1.205.364	1.154.081
Crédito ao pessoal	594.993	589.788
	<u>22.869.300</u>	<u>20.041.541</u>
Juros a receber	114.509	107.837
Custos diferidos	6.077	5.882
Receitas diferidas	(208.922)	(205.202)
Crédito e juros vencidos	3.474.219	3.490.803
	<u>26.255.183</u>	<u>23.440.861</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(1.485.102)	(1.227.654)
	<u>24.770.081</u>	<u>22.213.207</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública" é integralmente composta por obrigações do Tesouro de Cabo Verde remuneradas a taxa de juro fixa, com excepção de mCve. 795.920 relativos a uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, a reembolsar no prazo de 15 anos, a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a taxa de cupão em vigor é de 2,49% e 6,63%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 259.934 e mCve. 390.000, respectivamente (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2009	2008	Maturidade
<u>Outros títulos de rendimento fixo</u>			
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	176.766	176.766	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	147.088	147.088	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630.287	630.227	14-06-2027
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	200.000	06-08-2012
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	31.252	-	05-01-2014
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	19.971	-	18-02-2014
	<u>1.205.364</u>	<u>1.154.081</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2009			2008		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:						
Comércio	1.176.696	215.529	1.392.225	1.415.474	210.977	1.626.451
Construção e obras públicas	748.211	108.703	856.914	871.890	83.036	954.926
Transportes	775.916	99.441	875.357	693.668	36.194	729.862
Indústria	1.298.524	77.537	1.376.061	651.051	51.297	702.348
Hotelaria	721.313	25.836	747.149	556.182	187.525	743.707
Energia	302.418	-	302.418	301.586	-	301.586
Outros	1.505.781	312.241	1.818.022	1.123.556	312.743	1.436.299
	<u>6.528.859</u>	<u>839.287</u>	<u>7.368.146</u>	<u>5.613.407</u>	<u>881.772</u>	<u>6.495.179</u>
Particulares:						
Habituação	7.232.652	1.357.313	8.589.965	6.876.923	1.648.341	8.525.264
Outros	5.923.176	1.277.619	7.200.795	4.306.264	960.690	5.266.954
	<u>13.155.828</u>	<u>2.634.932</u>	<u>15.790.760</u>	<u>11.183.187</u>	<u>2.609.031</u>	<u>13.792.218</u>
	<u>19.684.687</u>	<u>3.474.219</u>	<u>23.158.906</u>	<u>16.796.594</u>	<u>3.490.803</u>	<u>20.287.397</u>

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são renumerados a taxas de juro de reduzidas.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é apresentado como se segue:

	2009					
	Saldo em 31-12-2008			Abates		Saldo em 31-12-2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações do exercício	Valor bruto
Terrenos	12.203	-	547	-	-	12.750
Imóveis	6.292	(4.661)	-	(1.312)	1.266	4.980
	<u>18.495</u>	<u>(4.661)</u>	<u>547</u>	<u>(1.312)</u>	<u>1.266</u>	<u>17.730</u>

	2008					
	Saldo em 31-12-2007		Adopção das NIRF	Amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2008	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Reclassificações (Nota 9)		Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	-	-	12.203	-	12.203	-
Imóveis	-	-	1.669	(38)	6.292	(4.661)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.872</u>	<u>(38)</u>	<u>18.495</u>	<u>(4.661)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as propriedades de investimento apresentavam o seguinte justo valor:

	Valor líquido		Valor de
	2009	2008	avaliação
Terrenos	12.750	12.203	20.700
Edifícios	1.603	1.631	30.400
	<u>14.353</u>	<u>13.834</u>	<u>51.100</u>

Nos exercícios de Dezembro de 2009 e 2008, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascendem a mCve. 149 e mCve. 145, respectivamente (Nota 26).

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros Activos Tangíveis" durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009					
	Saldos em 31-12-2008					Valor líquido em 2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Regularizações	Amortizações do exercício	
Imóveis	204.551	(43.723)	53.444	97	(3.362)	211.007
Obras em edifícios arrendados	35.341	(18.445)	9.889	-	(2.257)	24.528
Equipamento:						
Mobiliário e material	109.846	(67.311)	9.450	-	(9.203)	42.782
Máquinas e ferramentas	167.688	(94.152)	28.736	-	(22.494)	79.778
Equipamento informático	252.007	(154.845)	21.669	-	(39.234)	79.797
Instalações interiores	102.015	(73.300)	12.037	-	(10.934)	29.818
Material de transporte	79.131	(39.204)	39.912	-	(13.499)	66.340
Equipamento de segurança	38.134	(20.666)	8.620	-	(3.966)	22.122
Outro equipamento	3.941	(1.699)	42	-	(632)	1.652
	992.654	(513.145)	183.799	97	(105.581)	557.824
Imobilizado em curso	125.999	-	429.048	-	-	555.047
	1.118.653	(513.145)	612.847	97	(105.581)	1.112.871

	2008								
	Saldos em 31-12-2007		Adopção das NIRF		Adições	Transferências	Regularizações	Amortizações do exercício	Vendas e abates líquidos
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Ajustamentos (Nota 33)	Reclassificações (Nota 8)					
Imóveis de serviço próprio	201.311	(47.188)	-	-	1.234	22.565	1.554	(2.833)	-
Obras em edifícios arrendados	23.906	(16.797)	(1.943)	(13.672)	299	11.136	-	(1.648)	-
Equipamento:									
Mobiliário e material	102.173	(58.252)	-	-	5.261	2.412	-	(9.059)	-
Máquinas e ferramentas	151.718	(76.019)	-	-	8.754	10.559	-	(21.476)	-
Equipamento informático	233.567	(114.600)	-	-	13.538	4.853	49	(40.045)	-
Instalações interiores	85.289	(63.267)	-	-	9.761	8.088	(1.123)	(10.033)	-
Material de transporte	63.132	(44.759)	-	-	31.542	27	-	(7.245)	(2.770)
Equipamento de segurança	34.141	(17.299)	-	-	3.676	317	-	(3.367)	-
Outro equipamento	2.499	(1.740)	(511)	-	508	-	934	(326)	-
	<u>897.736</u>	<u>(439.921)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(13.672)</u>	<u>74.573</u>	<u>59.957</u>	<u>1.414</u>	<u>(96.032)</u>	<u>(2.770)</u>
Imobilizado em curso	115.759	-	-	-	70.197	(59.957)	-	-	-
	<u>1.013.495</u>	<u>(439.921)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(13.672)</u>	<u>144.770</u>	<u>-</u>	<u>1.414</u>	<u>(96.032)</u>	<u>(2.770)</u>
									<u>604.630</u>

No movimento do exercício de 2008, a coluna "Adopção das NIRF – Reclassificações" inclui o valor bruto de mCve. 18.495, deduzido de amortizações acumuladas de mCve. 4.623, relativos a reclassificações de "Terrenos e edifícios" para "Propriedades de investimento" (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Imobilizado em Curso" inclui despesas com os projectos de construção da nova sede social na cidade da Praia e da nova sede regional na ilha de São Vicente. Compreende igualmente valores relativos a obras em curso em agências, que a Caixa espera vir a concluir até ao final do ano de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

		2009			
		Saldos em 31-12-2008			Valor líquido em 2009
		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício
Software		216.743	(134.147)	15.018	(50.888)
					46.726
		2008			
		Saldos em 31-12-2007			Valor líquido em 2008
		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício
Software		164.379	(89.049)	44.539	(45.098)
Imobilizado em curso		7.825	-	-	(7.825)
		172.204	(89.049)	44.539	(45.098)
					-
					82.596

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2009					2008				
			Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12.500	8.660	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	8.660	31-12-2008	233.423	17.537	78.493
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10.000	34.816	31-12-2009	610.455	60.450	348.160	28.571	31-12-2009	475.706	73.625	285.711
		<u>22.500</u>	<u>43.476</u>					<u>37.231</u>				

n.d. - não disponível

A Caixa classificou as participações na Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. e SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL, como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da Imotur e da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2009 e 2008 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Imotur	SISP	Total
Custo de aquisição	12.500	10.000	22.500
Impacto de transição em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 33)	966	8.938	9.904
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	13.466	18.938	32.404
Resultados em associadas	551	9.633	10.184
Dividendos recebidos	(5.357)	-	(5.357)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	8.660	28.571	37.231
Resultados em associadas	-	6.245	6.245
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	8.660	34.816	43.476

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Caixa está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	2009	2008
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	53.174	66.467
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(6.155)	(7.693)
	<u>47.019</u>	<u>58.774</u>
Activos por impostos correntes		
· Pagamentos por conta	10.107	-
Passivos por impostos correntes		
· Imposto imputado	(85.457)	(53.520)
	<u>(75.350)</u>	<u>(53.520)</u>

O detalhe e o movimento dos impostos diferidos nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009		
	Saldo em 31.12.2008	Variação em resultados	Saldo em 31.12.2009
Ajustamentos de conversão para as NIRF	58.774	(11.755)	47.019

	2008			
	Saldo em 31.12.2007	Adopção das NIRF (Nota 33)	Variação em resultados (Nota 33)	Saldo em 31.12.2008
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>				
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis	-	751	(2.688)	(1.937)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	16.204	(2.701)	13.503
Valorização de investimentos em associadas	-	(3.031)	(1.136)	(4.167)
Comissões	-	47.263	5.063	52.326
Outros	-	(1.211)	260	(951)
	<u>-</u>	<u>59.976</u>	<u>(1.202)</u>	<u>58.774</u>

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		404.865		295.616
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	103.241	25,5%	75.382
Benefícios fiscais:				
· Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(0,77%)	(3.122)	(2,00%)	(5.900)
· Rendimento de ações cotadas em bolsa	-	-	(1,37%)	(4.054)
· Rendimento de sociedades cotadas em bolsa (15%)	-	-	(3,75%)	(11.097)
· Outros	(0,72%)	(2.907)	(0,13%)	(385)
Encargos não aceites fiscalmente	-	-	0,05%	142
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	-	3,38%	9.996
Imposto sobre lucro do exercício	24,01%	97.212	15,83%	64.084

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação.

Adicionalmente, a Caixa beneficiou até 2008 dos seguintes benefícios fiscais:

- isenção de tributação, por um período de três anos, dos lucros auferidos pelo exercício da atividade de intermediação financeira em valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- dedução à matéria colectável do valor das aquisições, deduzido das alienações, de valores mobiliários em sociedades comerciais cotadas, por um período de três anos a contar do início do funcionamento efectivo da Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- pelo facto de estar cotado em bolsa, beneficia de redução de 15% do rendimento para efeitos de IUR, durante três anos a partir da data de admissão à cotação.

Por estes motivos, a carga fiscal apresentada pela Caixa nos exercícios de 2009 e 2008 é inferior à taxa normal de tributação.

Em Dezembro de 2006, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 3.981 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2005. A decisão foi contestada pela Caixa em Janeiro de 2007, tendo esta decidido recorrer ao Tribunal Fiscal Aduaneiro de Sotavento (TFAS), após a recepção do indeferimento por parte da DGCI em Abril de 2008. Em Junho de 2009, o TFAS fixou a liquidação adicional em mCve. 4.605, tendo a Caixa procedido à sua liquidação e utilizado a provisão que se encontrava constituída (Nota 17).

Adicionalmente, em Agosto de 2007 e Setembro de 2008, a Caixa foi notificada pela DGCI de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, as quais contestou junto do Tribunal Fiscal Aduaneiro de Sotavento (TFAS) encontrando-se a aguardar a conclusão do processo relativamente ao exercício de 2007. Em Junho de 2009, o TFAS fixou a liquidação adicional em mCve. 10.950, tendo a Caixa procedido à sua liquidação e utilizado a provisão que se encontrava constituída (Nota 17).

Em Agosto de 2009, a Caixa recebeu uma notificação pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

Em Outubro de 2009, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 10.950 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2004, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Caixa tem registada uma provisão para contingências fiscais no valor de mCve 59.904 e mCve 70.276, respectivamente (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2009.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Outros activos:</u>		
Bens arrematados	5.154	9.054
Numismática e medalhística	430	430
<u>Devedores:</u>		
Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	387.849	309.411
Fundo Micro-Crédito (Nota 18)	55.445	56.392
Devedores diversos	31.984	27.585
Devedores por remessas cambiais	26.818	20.678
Linha de Crédito Micro-Empresas	-	5.234
Outros	26.124	2.178
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Seguros	2.769	2.157
Outros	2	88
Operações activas a regularizar	19.815	1.824
Outras operações a regularizar	3.398	8.211
	559.788	443.242
Imparidade de bens arrematados (Nota 17)	(2.732)	(2.156)
	<u>557.056</u>	<u>441.086</u>

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde o início de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Devedores – Fundo Micro Crédito” refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Devedores diversos” respeita a montantes a regularizar por operações realizadas pela Caixa através do serviço Western Union, os quais foram regularizados no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Devedores por remessas cambiais” refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do período subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os bens arrematados correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

Ano de aquisição	2009			2008		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2007	1.924	(1.924)	-	1.924	(1.443)	481
2007	3.230	(808)	2.422	7.130	(713)	6.417
	<u>5.154</u>	<u>(2.732)</u>	<u>2.422</u>	<u>9.054</u>	<u>(2.156)</u>	<u>6.898</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, as valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 500 e mCve. 1.000, respectivamente.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica corresponde a um empréstimo *overnight* do Banco Central de Cabo Verde no montante de mCve. 250.000, a reembolsar em 4 de Janeiro de 2010. Este empréstimo venceu juros a uma taxa de juro de 8,25%.

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem:		
IMPAR - Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L.	32.969	119.422
Outras instituições	37.325	20.623
	<u>70.294</u>	<u>140.045</u>
Depósitos a prazo:		
IMPAR - Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L.	200.000	-
Empréstimos obtidos:		
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	242.583	-
Agence Francaise de Developpement	230.090	230.090
International Finance Corporation	110.265	220.530
	<u>582.938</u>	<u>450.620</u>
Juros:		
De depósitos	9.976	88
De empréstimos obtidos	3.163	6.377
	<u>13.139</u>	<u>6.465</u>
	<u>866.371</u>	<u>597.130</u>

Em 5 de Janeiro de 2009, a Caixa contraiu junto do Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat um financiamento no valor de 2.200.000 Euros (mCve. 242.583). Este empréstimo vence juros à taxa de 0,9% e tem data de vencimento em 5 de Janeiro de 2010.

Durante o exercício de 2005, a Caixa contraiu uma linha de crédito junto da International Finance Corporation no montante de 5.000.000 de Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos, a partir de 15 de Março de 2006. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Caixa tinha esta linha utilizada em mCve. 110.265 e mCve. 220.530, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 14 de Outubro de 2005, a Caixa Económica de Cabo Verde, o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Caixa tinha esta linha utilizada em 2.086.700 Euros (mCve. 230.090).

Os depósitos a prazo da IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L., vencem juros à taxa de 6%, ocorrendo o seu reembolso entre Janeiro e Agosto de 2010.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	3.966.296	2.835.869
Depósitos à vista:		
De residentes	7.880.733	8.825.075
De emigrantes	535.725	1.223.162
	8.416.458	10.048.237
Depósitos a prazo:		
De residentes	7.679.691	6.813.364
De emigrantes	7.355.304	6.978.959
	15.034.995	13.792.323
Outros recursos:		
Títulos cedidos com acordo de recompra (Notas 2.3 e) e 7))	259.934	390.000
Empréstimos obtidos de residentes	61.667	73.333
Cheques e ordens a pagar	16.692	18.367
Outros	-	6.918
	338.293	488.618
Juros:		
De depósitos	352.571	272.048
De títulos cedidos com acordo de recompra	4.210	2.778
De empréstimos obtidos de residentes	787	1.496
	357.568	276.322
	28.113.610	27.441.369

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes" corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros à taxa anual de 2,5% (4% até 31 de Dezembro de 2008), a reembolsar em 15 prestações anuais, a partir de 21 de Agosto de 1998. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria, à taxa de juro de 6% (8% até 31 de Dezembro de 2008) e um período de reembolso de 25 anos, após um ano de carência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	2009				
	Saldos em 31.12.2008	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe- -rências	Saldos em 31.12.2009
<u>Imparidade</u>					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1.227.654	368.211	(123.779)	13.016	1.485.102
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200
Imparidade de outros activos (Nota 13)	2.156	966	(390)	-	2.732
	1.230.010	369.177	(124.169)	13.016	1.488.034
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	70.276	18.199	(15.555)	(13.016)	59.904
	1.300.286	387.376	(139.724)	-	1.547.938

	2008					
	Saldos em 31.12.2007	Adopção das NIRF (Nota 33)	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe- -rências	Saldos em 31.12.2008
<u>Imparidade</u>						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	612.886	52.953	638.046	(78.179)	1.948	1.227.654
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	-	200
Imparidade de outros activos (Nota 13)	-	2.156	-	-	-	2.156
	613.086	55.109	638.046	(78.179)	1.948	1.230.010
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	40.128	-	34.252	(2.156)	(1.948)	70.276
	653.214	55.109	672.298	(80.335)	-	1.300.286

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Recursos</u>		
Recursos consignados - Fundo Micro-Crédito (Nota 13)	55.445	70.692
Sector público administrativo - retenção de impostos na fonte	34.877	15.733
Outros	2.977	2.964
<u>Custos com pessoal:</u>		
Subsídio de férias	46.902	20.631
Prémio de produtividade (Nota 27)	25.602	19.971
<u>Outros custos administrativos:</u>		
Água, gás e electricidade	17.882	5.284
Comissões a pagar - Western Union	11.137	-
Encargos com ATM	9.774	6.952
Comunicações	3.498	10.818
Publicidade	499	1.373
Outros	24.794	13.201
<u>Receitas com proveito diferido:</u>		
De operações extrapatrimoniais	2.086	2.799
Outras contas de regularização	15.088	24.009
	<u>250.561</u>	<u>194.427</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outras contas de regularização – Outras" inclui mCve. 4.110 e mCve. 5.305, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados.

19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Na Assembleia Geral de 21 de Agosto de 2009 foi deliberado um aumento de capital da Caixa no montante de mCve. 1.044.000, através da emissão de 1.044.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

Entidade	2009		2008	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%	109.390	31,4%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381.904	27,4%	-	-
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%	52.160	15,0%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	157.682	11,3%	39.247	11,3%
Outros subscritores e trabalhadores	193.707	13,9%	51.727	14,9%
Caixa Económica Montepio Geral	-	-	34.204	9,8%
Montepio Geral - Associação Mutualista	-	-	61.272	17,6%
	<u>1.392.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>348.000</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2009	2008
Outras reservas e resultados transitados		
· Reserva legal	298.205	270.948
· Outras reservas	1.401.658	1.295.546
· Resultados transitados	(177.062)	(136.025)
	<u>1.522.801</u>	<u>1.430.469</u>
Lucro do exercício	<u>307.653</u>	<u>231.532</u>
	<u>1.830.454</u>	<u>1.662.001</u>

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	1.902.834	1.654.739
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	93.231	121.782
Outros títulos de rendimento fixo	66.414	79.490
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	24.735	-
Títulos de intervenção monetária	-	20.464
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	6.572	19.249
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	159	2.905
Outros juros e rendimentos similares	14.309	3.605
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	136.872	89.690
	<u>2.245.126</u>	<u>1.991.924</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve.17.714 e mCve. 23.139, respectivamente (Nota 2.3 c)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos de poupança		
Cadernetas	104.070	88.641
Depósitos à ordem		
De emigrantes	6.659	5.100
De residentes	1.539	94
Depósitos a prazo		
De emigrantes	309.229	288.584
De residentes	311.195	217.517
Empréstimos		
De não residentes	17.804	22.784
De residentes	6.136	3.164
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	20.187	12.608
Outros	336	319
	<u>777.155</u>	<u>638.811</u>

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Comissões Western Union	79.629	75.754
Comissões sobre operações cambiais	45.939	50.810
Garantias e avais prestados	22.257	25.654
Comissões VISA	3.404	3.732
Créditos documentários	1.490	14.122
Comissões de manutenção de contas	12.729	12.218
Outros serviços bancários prestados	14.508	2.673
Outras comissões	18.866	26.407
	<u>198.822</u>	<u>211.370</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Comissões sobre operações cambiais	(10.679)	(12.725)
Comissões VISA	(4.930)	(3.490)
Outras comissões e encargos	(10.621)	(3.218)
	<u>(26.230)</u>	<u>(19.433)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)24. RESULTADO DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009			2008		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	155.122	(77.379)	77.743	176.380	(67.125)	109.255
Resultados em notas e moedas	99.461	(73.078)	26.383	89.048	(63.958)	25.090
	<u>254.583</u>	<u>(150.457)</u>	<u>104.126</u>	<u>265.428</u>	<u>(131.083)</u>	<u>134.345</u>

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 905 e mCve. 3.941, respectivamente.

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Outros proveitos de exploração:</u>		
Ganhos relativos a exercícios anteriores:		
Recuperação de juros de crédito vencido	100.590	169.753
Proveitos por recuperação de crédito	32.969	29.458
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	40.796	41.609
Cartões de crédito	11.115	9.780
Venda de cheques e cadernetas	7.545	6.980
Locação de imóveis (Nota 8)	149	145
Outros proveitos de exploração	10.608	4.686
	<u>203.772</u>	<u>262.411</u>
<u>Outros custos de exploração:</u>		
Outros impostos	(1.818)	(1.031)
Donativos	(1.922)	(2.869)
Quotizações	(334)	(610)
Outros	(13.091)	(412)
	<u>(17.165)</u>	<u>(4.922)</u>
	<u>186.607</u>	<u>257.489</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Recuperação de juros de crédito vencido" inclui mCve. 50.593 e mCve. 15.646, respectivamente, relativos a anulação de juros vencidos.

27. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remunerações de empregados	356.400	313.182
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	28.060	30.449
Encargos sociais		
Previdência social	53.134	43.149
Despesas médicas	3.950	3.620
Outros	4.330	5.748
Prémios de produtividade (Nota 18)	25.602	19.971
Outros	11.998	1.906
	<u>483.474</u>	<u>418.025</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2009	2008
Administradores executivos	3	3
Direcção Geral e Coordenação	15	11
Gerência e chefias	29	24
Técnicos	61	34
Administrativos	121	128
Apoio Geral e auxiliar	22	22
	<u>251</u>	<u>222</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os números apresentados acima incluem 49 e 35 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	127.533	104.585
Publicidade	88.135	56.475
Encargos com ATM	81.324	71.915
Comunicações	45.634	49.320
Deslocações, estadas e representação	39.652	25.839
Água, gás e electricidade	39.470	26.655
Combustíveis	24.915	30.059
Rendas e alugueres	18.686	17.753
Seguros	13.648	9.448
Conservação e reparação	8.277	9.258
Encargos com formação do pessoal	6.238	6.297
Material informático	2.818	4.291
Contencioso e notariado	390	2.874
Outros	9.514	9.133
	<u>506.234</u>	<u>423.902</u>

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	623.807	841.539
Créditos documentários abertos	413.050	494.952
	<u>1.036.857</u>	<u>1.336.491</u>
Depósito e guarda de valores	4.266.957	2.544.189
	<u>5.303.814</u>	<u>3.880.680</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

30. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de “Negociação e Vendas” e “Banca Comercial”.

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a actividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2009		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	152.118	2.093.008	2.245.126
Juros e encargos similares	-	(777.155)	(777.155)
MARGEM FINANCEIRA	152.118	1.315.853	1.467.971
Rendimentos com serviços e comissões	-	198.822	198.822
Encargos com serviços e comissões	-	(26.230)	(26.230)
Resultados de reavaliação cambial	-	104.126	104.126
Resultados de alienação de outros activos	905	-	905
Outros resultados de exploração	186.607	-	186.607
PRODUTO BANCÁRIO	339.630	1.592.571	1.932.201
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	(387.377)	(387.377)
	339.630	1.205.194	1.544.824
Outros custos e proveitos			(1.237.171)
Resultado líquido do exercício			307.653
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	5.219.191	5.219.191
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	694.123	694.123
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	149.914	179.617	329.531
Crédito a Clientes	3.184.614	23.070.569	26.255.183
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	866.371	866.371
Recursos de Clientes e outros empréstimos	61.667	28.051.943	28.113.610

	2008		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	42.618	1.949.306	1.991.924
Juros e encargos similares	-	(638.811)	(638.811)
MARGEM FINANCEIRA	42.618	1.310.495	1.353.113
Rendimentos com serviços e comissões	-	211.370	211.370
Encargos com serviços e comissões	-	(19.433)	(19.433)
Resultados de reavaliação cambial	-	134.345	134.345
Resultados de alienação de outros activos	3.941	-	3.941
Outros resultados de exploração	257.489	-	257.489
PRODUTO BANCÁRIO	304.048	1.636.777	1.940.825
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	(672.298)	(672.298)
	304.048	964.479	1.268.527
Outros custos e proveitos			(1.036.995)
Resultado líquido do exercício			231.532
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	5.723.856	5.723.856
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	746.982	746.982
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	246.320	194.384	440.704
Crédito a Clientes	3.244.451	18.968.756	22.213.207
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	597.130	597.130
Recursos de Clientes e outros empréstimos	73.333	27.368.036	27.441.369

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

31. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus accionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2009			
	Estado de Cabo Verde	Accionistas		Associadas
		Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	150.000	-	-	-
Crédito a clientes	1.979.250	-	-	60.500
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	43.476
Outros activos	387.849	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	232.969	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	61.667	-	-
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas	-	-	-	47.387
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	117.966	-	-	303
Custos:				
Juros e encargos similares	-	6.136	9.937	-

	2008				
	Estado de Cabo Verde	Accionistas			Associadas
		Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	Caixa Económica Montepio Geral	
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	141.098	-
Aplicações em instituições de crédito	250.000	-	-	73.896	-
Crédito a clientes	2.090.370	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	37.231
Outros activos	309.411	-	-	-	-
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	119.422	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	73.333	-	-	-
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	142.246	-	-	-	-
Custos:					
Juros e encargos similares	-	3.164	-	-	-

Órgãos de gestão

Em 2009, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 28.060 (mCve. 30.449 no exercício de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.942 e mCve. 862, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

32. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adopção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise a posteriori dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respectivas instruções técnicas.

Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo caboverdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projecções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2009					
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activo:						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.219.191	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	694.123	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	180.651	4.299	36.259	-	108.225	97
Crédito a clientes (salidos brutos)	1.229.383	894.972	3.167.774	6.946.529	10.542.660	3.373.865
	7.323.348	899.271	3.204.033	6.946.529	10.750.885	3.373.962
Passivo:						
Recursos de Bancos Centrais	(250.000)	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(412.877)	-	(100.000)	(110.265)	(230.090)	(13.139)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(11.806.275)	(2.359.891)	(13.506.903)	(66.281)	-	(374.260)
	(12.469.152)	(2.359.891)	(13.606.903)	(176.546)	(230.090)	(387.399)
Diferencial	(5.145.804)	(1.460.620)	(10.402.870)	6.769.983	10.520.795	2.986.563
						3.268.047
	2008					
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activo:						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.723.856	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	746.982	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	7.603	99.480	219.181	6.215	108.225	-
Crédito a clientes (salidos brutos)	682.589	663.034	2.640.998	6.276.967	9.800.328	3.386.945
	7.160.030	762.514	2.860.179	6.293.182	9.908.553	3.386.945
Passivo:						
Recursos de outras instituições de crédito	(140.045)	-	-	(220.530)	(230.090)	(6.465)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(11.545.571)	(2.484.545)	(10.898.219)	(2.211.327)	-	(301.607)
	(11.685.616)	(2.484.545)	(10.898.219)	(2.431.857)	(230.090)	(308.072)
Diferencial	(4.524.586)	(1.722.131)	(8.038.040)	3.861.325	9.678.463	3.078.873
						2.313.904

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna "Indeterminado" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adoptada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows activos e passivos assim como o correspondente *gap* de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais, e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de Fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afectos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise colectiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações activas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspectiva prudencial.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito	329.531	440.704
Crédito a clientes	24.770.081	22.213.207
	<u>25.099.612</u>	<u>22.653.911</u>
Garantias e avals	623.807	841.539
Créditos documentários abertos	413.050	494.952
	<u>1.036.857</u>	<u>1.336.491</u>
Exposição máxima	<u>26.136.469</u>	<u>23.990.402</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	2009			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	5.887.452	128.597	509.071	6.525.120
Vencido	13.465	5.958	259.715	279.138
	<u>5.900.917</u>	<u>134.555</u>	<u>768.786</u>	<u>6.804.258</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	<u>588.777</u>	<u>20.268</u>	<u>366.504</u>	<u>975.549</u>
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	7.080.583	524.107	879.924	8.484.614
Vencido	-	3.322	102.028	105.350
	<u>7.080.583</u>	<u>527.429</u>	<u>981.952</u>	<u>8.589.964</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	4.140.553	273.197	265.570	4.679.320
Vencido	425	16.814	155.880	173.119
	<u>4.140.978</u>	<u>290.011</u>	<u>421.450</u>	<u>4.852.439</u>
Pequenos negócios				
Vincendo	1.007.164	80.571	132.268	1.220.003
Vencido	9.892	8.251	66.895	85.038
	<u>1.017.056</u>	<u>88.822</u>	<u>199.163</u>	<u>1.305.041</u>
Outros créditos				
Vincendo	747.912	11.760	214.670	974.342
Vencido	1.464	6.054	50.358	57.876
	<u>749.376</u>	<u>17.814</u>	<u>265.028</u>	<u>1.032.218</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	<u>61.308</u>	-	-	<u>61.308</u>
Sector Público				
Vincendo	519.909	-	7.533	527.442
Vencido	-	831	47.335	48.166
	<u>519.909</u>	<u>831</u>	<u>54.868</u>	<u>575.608</u>
Total crédito vincendo	<u>20.033.658</u>	<u>1.038.500</u>	<u>2.375.540</u>	<u>23.447.698</u>
Total crédito vencido	<u>25.246</u>	<u>41.230</u>	<u>682.211</u>	<u>748.687</u>
Total de crédito	<u>20.058.904</u>	<u>1.079.730</u>	<u>3.057.751</u>	<u>24.196.385</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

2008				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	5.157.885	180.682	511.444	5.850.011
Vencido	5.347	11.243	229.724	246.314
	<u>5.163.232</u>	<u>191.925</u>	<u>741.168</u>	<u>6.096.325</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.207.817	18.533	34.431	1.260.781
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	6.822.109	432.431	712.143	7.966.683
Vencido	868	3.528	74.003	78.399
	<u>6.822.977</u>	<u>435.959</u>	<u>786.146</u>	<u>8.045.082</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	3.551.418	231.566	209.480	3.992.464
Vencido	11.354	13.067	100.344	124.765
	<u>3.562.772</u>	<u>244.633</u>	<u>309.824</u>	<u>4.117.229</u>
Pequenos negócios				
Vincendo	816.369	34.931	63.456	914.756
Vencido	1.762	3.587	50.794	56.143
	<u>818.131</u>	<u>38.518</u>	<u>114.250</u>	<u>970.899</u>
Outros créditos				
Vincendo	405.874	46.653	151.272	603.799
Vencido	1.609	5.554	49.840	57.003
	<u>407.483</u>	<u>52.207</u>	<u>201.112</u>	<u>660.802</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	71.623	-	-	71.623
Sector Público				
Vincendo	346.283	-	10.735	357.018
Vencido	-	2	44.132	44.134
	<u>346.283</u>	<u>2</u>	<u>54.867</u>	<u>401.152</u>
Total crédito vincendo	<u>18.379.378</u>	<u>944.796</u>	<u>1.692.961</u>	<u>21.017.135</u>
Total crédito vencido	<u>20.940</u>	<u>36.981</u>	<u>548.837</u>	<u>606.758</u>
Total de crédito	<u>18.400.318</u>	<u>981.777</u>	<u>2.241.798</u>	<u>21.623.893</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
 - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
 - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante a Caixa foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
 (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 5.493.453, ascendendo a imparidade a mCve. 498.752. Conforme descrito na Nota 2.3. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2009	2008
Empresas	20.888	62.504
Particulares	52.273	19.804
	<u>73.161</u>	<u>82.308</u>

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

	2009				
	Saldo analisado			Saldo não analisado	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.219.191	5.219.191	-	-	5.219.191
Disponibilidades em outras instituições de crédito	694.123	694.123	-	-	694.123
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	329.531	329.531	-	-	329.531
Crédito a clientes	20.042.564	19.328.827	(713.737)	4.727.517	24.770.081
	<u>26.289.232</u>	<u>25.575.495</u>	<u>(713.737)</u>	<u>4.727.517</u>	<u>31.016.749</u>
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	250.000	250.000	-	-	250.000
Recursos de outras instituições de crédito	866.371	796.668	(69.703)	-	866.371
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.081.625	27.913.446	(168.179)	31.985	28.113.610
	<u>29.197.996</u>	<u>28.960.114</u>	<u>(237.882)</u>	<u>31.985</u>	<u>29.229.981</u>
	2008				
	Saldo analisado			Saldo não analisado	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.723.856	5.723.856	-	-	5.723.856
Disponibilidades em outras instituições de crédito	746.982	746.982	-	-	746.982
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	440.704	440.704	-	-	440.704
Crédito a clientes	17.542.567	17.293.183	(249.384)	4.670.640	22.213.207
	<u>24.457.932</u>	<u>24.208.548</u>	<u>(249.384)</u>	<u>4.670.640</u>	<u>29.128.572</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	597.130	672.438	75.308	-	597.130
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.411.596	27.233.353	(178.243)	29.773	27.441.369
	<u>28.008.726</u>	<u>27.905.791</u>	<u>(102.935)</u>	<u>29.773</u>	<u>28.038.499</u>

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
 - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldo não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido da imparidade constituída.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	294.820	139.918	68.757	(62.451)	(123.046)	(235.534)
Total activo sensível	294.820	139.918	68.757	(62.451)	(123.046)	(235.534)
Recursos de outras instituições de crédito	(200.361)	(195.415)	(193.075)	188.639	186.536	182.542
Total passivo sensível	(200.361)	(195.415)	(193.075)	188.639	186.536	182.542
Total Ganho / (Perda)	495.181	335.333	261.832	(251.090)	(309.582)	(418.076)

	2008					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	320.690	153.540	77.335	(160.619)	(126.084)	(145.225)
Total activo sensível	320.690	153.540	77.335	(160.619)	(126.084)	(145.225)
Recursos de outras instituições de crédito	(41.810)	(20.057)	(9.827)	9.445	18.527	35.674
Total passivo sensível	(41.810)	(20.057)	(9.827)	9.445	18.527	35.674
Total Ganho / (Perda)	278.880	133.483	67.508	(151.174)	(107.557)	(109.551)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2009	(38.822)	(19.411)	(9.705)	9.705	19.411	38.822
Exercício de 2008	(59.809)	(29.905)	(14.952)	14.952	29.905	59.809

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve. 16.715.148.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009			
	Moeda			
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras
				Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.341.891	698.519	94.261	84.520
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	107.045	301.261	227.778	58.039
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	-	3.823	-	-
Aplicações em Instituições de crédito	149.914	179.617	-	-
Crédito a clientes (saldo líquido)	24.290.781	479.295	5	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	43.476	-	-	-
Outros activos	530.207	24.010	2.620	219
	<u>29.463.314</u>	<u>1.686.525</u>	<u>324.664</u>	<u>142.778</u>
				<u>31.617.281</u>
Passivo:				
Recursos de Bancos Centrais	(250.000)	-	-	-
Recursos de outras Instituições de crédito	(279.584)	(582.938)	(3.849)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(27.330.739)	(460.466)	(317.745)	(4.660)
Outros passivos	(249.576)	(973)	(12)	-
	<u>(28.109.899)</u>	<u>(1.044.377)</u>	<u>(321.606)</u>	<u>(4.660)</u>
				<u>(29.480.542)</u>
Exposição líquida	<u>1.353.415</u>	<u>642.148</u>	<u>3.058</u>	<u>138.118</u>
				<u>2.136.739</u>
2008				
	Moeda			
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras
				Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.844.547	758.267	63.505	57.537
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	158.073	421.930	131.327	35.652
Activos financeiros disponíveis para venda (valores líquidos)	-	3.823	-	-
Aplicações em Instituições de crédito	246.325	190.475	3.904	-
Crédito a clientes (saldo líquido)	21.710.901	502.306	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	37.231	-	-	-
Outros activos	420.407	17.269	3.185	225
	<u>27.417.484</u>	<u>1.894.070</u>	<u>201.921</u>	<u>93.414</u>
				<u>29.606.889</u>
Passivo:				
Recursos de outras Instituições de crédito	(142.609)	(450.620)	(3.901)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.619.140)	(600.970)	(219.139)	(2.120)
Outros passivos	(193.478)	(946)	(3)	-
	<u>(26.955.227)</u>	<u>(1.052.536)</u>	<u>(223.043)</u>	<u>(2.120)</u>
				<u>(28.232.926)</u>
Exposição líquida	<u>462.257</u>	<u>841.534</u>	<u>(21.122)</u>	<u>91.294</u>
				<u>1.373.963</u>

33. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser resumido como segue:

Nota	Capital próprio		Resultado 2008
	31.12.2008	01.01.2008	
Saldos de acordo com o PCSB	2.187.063	2.053.694	272.569
Impacto das normas adoptadas com referência a 1 de Janeiro de 2008			
Imóveis e outros activos tangíveis (a)	7.597	(2.454)	10.051
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito (b)	(205.199)	(154.455)	(50.744)
Impostos diferidos (c)	58.774	59.976	(1.202)
Investimento em associadas (d)	10.981	9.904	1.077
Imparidade de crédito a clientes (e)	(52.953)	(52.953)	-
Outros	3.738	3.957	(219)
	<u>(177.062)</u>	<u>(136.025)</u>	<u>(41.037)</u>
Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma	<u>2.010.001</u>	<u>1.917.669</u>	<u>231.532</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os ajustamentos de transição relativo a imóveis e outros activos tangíveis podem ser decompostos da seguinte forma:

	31-12-2008	01-01-2008
Activos tangíveis		
Alteração da vida útil	7.597	-
Outros	41	(2.454)
	<u>7.638</u>	<u>(2.454)</u>
Propriedade de investimento		
Alteração da vida útil	101	-
	<u>7.739</u>	<u>(2.454)</u>

- a) De acordo com a IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. A Caixa efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente edifícios de serviço próprio e edifícios arrendados, os quais passaram a ser capitalizados em 60 anos em detrimento de 25 anos e em 10 anos em detrimento de 3 anos, respectivamente, tendo as alterações sido efectuadas com efeito prospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2008, pelo que as amortizações do exercício de 2008 foram inferiores em mCve. 10.092.
- b) Conforme referido na Nota 2.3 n), de acordo com as NIRF a Caixa passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2008, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido de mCve. 154.455, que originou um impacto negativo de igual montante em Resultados transitados.
- c) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Cabo Verde, a Caixa não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos de conversão para NIRF (Nota 12).
- d) Este impacto resulta da valorização das participações da Caixa na IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.R.L. e na SISIP – Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamentos, S.A.R.L., classificadas como investimentos em associadas, no âmbito da Norma IAS 28.
- e) Com a introdução das NIRF, a Caixa deixou de constituir provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, passando a ser registada imparidade de acordo com as regras diferidas pela Norma IAS 39, que incluem entre outros aspectos, o registo de imparidade por análise colectiva e a obrigatoriedade de considerar o efeito temporal na determinação das expectativas de recuperação. O montante de imparidade apurado de acordo com a metodologia adoptada pela Caixa com referência à data de transição foi superior às provisões anteriormente registadas em mCve. 52.953.

34. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso BCV nº 3/2007 de 19 de Novembro "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso BCV nº 3/2007 define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo de do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes;
- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	<u>Dividendos</u>	<u>Div./RL</u>	<u>Fundos próprios</u>	<u>Solvabilidade</u>	<u>Limite imobilizações</u>
2009	275.616	89,6%	3.077.174	14,11%	266,11%
2008	139.200		1.924.230	10,1%	299,79%

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais, cumpre o Conselho Fiscal emitir o parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. e documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O ano de 2009, ficou assinalado pelo início da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e, ainda, pelo lançamento por parte da CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A. de uma OP\$ – Oferta Pública de Subscrição e de Admissão à Cotação e Negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1.044.000 novas acções, escriturais, de valor nominal de 1.000\$00 representativas do Aumento de Capital Social de 384.000 milhares de escudos para 1.392.000 milhares de escudos aprovado por deliberação da Assembleia Geral realizada em 21 de Agosto de 2009.

Com o aumento do Capital Social o rácio de solvabilidade da CAIXA ficou melhorado, pois esse indicador de gestão estava no limite recomendado pelo Banco Central.

Da análise do relatório do Conselho de Administração e dos documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, podemos asseverar que os mesmos estão elaborados de acordo com as exigências legais, sendo esclarecedores da actividade, da sua situação económico-financeira e da evolução verificada no exercício a que respeita.

O Conselho Fiscal tomou, ainda, conhecimento do conteúdo do relatório de auditoria das contas da CAIXA em 31 de Dezembro de 2009. Entendemos que este relatório proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação anual evidenciada nos documentos de prestação de contas.

Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período reportado a 31 de Dezembro de 2009, contenha distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as normas do relato financeiro.

Contudo, não obstante as observações atrás referidas, preocupa-nos o perfil da carteira de Clientes com dívidas em mora e em Tribunal. Recomendamos que se deve centrar uma atenção especial nessa vertente e monitorar a evolução dessas dívidas, os créditos prudentias e os valores das Perdas de Imparidade visto que a possibilidade provável de recuperação dos valores dos créditos é duvidosa e são materialmente relevantes.

Por último e considerando que o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração relata de forma pormenorizada a actividade desenvolvida pela CAIXA no exercício de 2009 e está em conformidade com as Normas emanadas pelo Banco Central,

Somos de parecer que se aprove o Relatório, Balanço e Contas bem como a proposta de aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Praia, 25 de Maio de 2010

O Conselho Fiscal



RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (“Caixa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de mCve. 32.854.512 e capitais próprios de mCve. 3.222.454, incluindo um resultado líquido de mCve. 307.653, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 34).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

5. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2009 a Caixa tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2004, no montante de mCve. 387.849 (mCve. 309.411 em 31 de Dezembro de 2008). Segundo indicação da Direcção Geral do Tesouro, encontra-se a decorrer uma auditoria às bonificações reclamadas pelo que o referido valor não foi confirmado. O Conselho de Administração entende que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, pelo que considera o referido montante integralmente recuperável.
6. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2009 a Caixa aplicou pela primeira vez na preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente em vigor (Plano de Contas para o Sistema Bancário – PCSB) para as NIRF, a Caixa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2008. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NIRF para efeitos de comparabilidade. Na Nota 34 do Anexo às demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações relativas ao impacto de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 31 de Maio de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira